

45 projetos, mineração Araguaia Níquel, equipe técnica da GEMIM(cita todos os
46 técnicos), bem como a GEINFRA, e além da equipe da DLA, temos também a presença
47 da diretora da DLADra. **LÚCIA PORPINO**, e Dra. **SIMONE VIEIRA**, coordenadora
48 da Consultoria Jurídica, e todos os técnicos presentes, agora sim podemos continuar.
49 **DANIELDO AMARAL** representante do grupo Araguaia Níquel: Boa tarde a todos.
50 Estou aqui para apresentar o projeto, sou administrador da empresa no Brasil e
51 representante legal, junto comigo aqui do grupo da Horizonte Minas temos a Kattie
52 Muller, nossa gerente de sustentabilidade, a Letícia, que é especialista em
53 sustentabilidade, Rolf Fucais da IDEGART e a consultoria do meio Socioeconômico, o
54 Frederico da FFA legal que é nosso consultor jurídico, e o Bruno que é o nosso
55 consultor de meio ambiente e gerente do EIA/RIMA, e apresentar também o Dr.
56 Antonio Valério que é nosso sócio-diretor e cidadão belenense. A Horizonte Minas é
57 uma companhia Britânica de Desenvolvimento e exploração Mineral e possui como
58 subsidiária a empresa Araguaia Níquel Mineração Limitada, que hoje desenvolve o
59 projeto Araguaia, no município de Conceição do Araguaia, a localização do projeto dar-
60 se ao Sudeste do Estado do Pará, localiza-se a 40 km do norte da área urbana do
61 Município de Conceição do Araguaia, e floresta do Araguaia, dando acesso à PA 149,
62 na porção sudeste do Estado do Pará, nas proximidades da divisa com o Estado do
63 Tocantins (25 km a oeste do Rio Araguaia), localizada a aproximadamente 35 km do
64 município de São João do Araguaia, não existe nenhuma comunidade que será afetada
65 diretamente nas áreas de operação do projeto Araguaia, os nossos valores são pautados
66 em (seis) pilares básicos: segurança, sustentabilidade e respeito, colaboração,
67 comunicação e participação, ao longo do tempo em que estamos desenvolvendo o
68 projeto Araguaia, realizamos algumas ações de forma voluntária, dentre elas posso
69 destacar o treinamento de segurança e meio ambiente para 100 % dos nossos
70 colaboradores e a força contínua pela conscientização e melhorias, realização de ações
71 institucionais para a comunidade, ao passo que já fizemos mais de quarenta
72 apresentações, desde 2014, atendendo a comunidade local nessas regiões, bem como o
73 plano de recuperação de áreas degradadas, priorizamos sempre a contratação de mão de
74 obra local, ao tempo do EIA/RIMA, temos que aproximadamente 65% dos colaborados
75 eram de mão de obra local, e também o programa do voluntariado nas escolas(...) bem,
76 vamos falar um pouco sobre o níquel, o minério de níquel, encontrado no processo
77 Araguaia, e o minério será o produto final, o níquel pode ser utilizado em painéis,
78 instrumentação cirúrgica, baterias de celular, eletrônicos de computadores, defensivos
79 agrícolas, especialmente para a região de Conceição do Araguaia que é grande
80 produtora de abacaxi e o fertilizante que é utilizado na lavoura de abacaxi contém níquel
81 (...) O níquel tem sido apontado por algumas consultorias financeiras, como o melhor
82 minério preferido para o ano de 2016 , com melhor performance, o que fora atestado por
83 grandes empresas de consultoria financeira, dentre elas cita-se a Morgan Stanley, Credit
84 Suisse, e Salman Empartiments, as quais têm apostado muito no minério de níquel.
85 Então falando um pouco sobre o projeto Araguaia, no estudo de viabilidade preliminar
86 do projeto, foi considerado que havia para um investimento no total de 1.18 bilhão de
87 reais, dentro desse posto de capital chegou-se um total de 9.9 milhões a título de
88 compensação ambiental, tendo uma produção por ano de 75 mil toneladas de liga

89 permaníquel, sendo que dessas 75 (setenta e cinco) toneladas, 15 (quinze) mil de níquel,
90 importante ressaltar que ao longo da vida útil da mina, prevista para 25 (vinte e cinco)
91 anos, a geração de impostos será de aproximadamente 1 (um) bilhão e meio de reais, um
92 pouco sobre a mão de obra, a elucidação gráfica nos demonstra que na fase de
93 implantação, teremos um pico de 1100 empregos diretos no projeto Araguaia, e na fase
94 de operação nós estivermos operando plenamente, aproximadamente 500 empregos
95 diretos, isso sem falar das terceirizadas que geraram bastante emprego e renda para o
96 município. As principais características do projeto são lavra de 7 depósitos de níquel
97 laterítico, produzido no município de Conceição do Araguaia, que acontecerá com a
98 utilização de retro-escavadeira, sem a utilização de explosivos, o processo a ser
99 utilizado é comprovado mundialmente, tendo ao redor do mundo 18 (dezoito) minas
100 operando com esse processo, incluindo a mina barroca de onça puma da vale no estado
101 do Pará, aqui tenho a elucidação do fluxograma do processo do projeto Araguaia, a
102 ilustração de como será feito o processamento do minério dentro do nosso processo, até
103 a parte onde a gente vai alimentar o forno de calcinação, e posteriormente ele irá para o
104 forno de fundição, do forno de fundição ter-se-á dois destinos para o minério, o
105 primeiro é um que terá como produto um ferro concentrado, aonde ele ainda passará por
106 um refino que gerará o produto final que será escoado pelo porto de vila do conde, e
107 aquilo que não for utilizado irá para a pilha de escória. As infra-estruturas mais
108 importantes da Araguaia incluem cabos a céu aberto, banda metalúrgica, prédios
109 administrativos, tubulação de água, subestação de energia, estação de tratamento de
110 águas e efluentes e aterro sanitário para os resíduos gerados pelo projeto (...) é
111 importante ressaltar aqui que algumas serão construídas na fase de instalação e outras
112 serão utilizadas apenas na fase de operação, então ainda temos tempo. É importante
113 observar também que na localização de ilustração na foto, a qual é exatamente onde se
114 pretende implantar a usina de beneficiamento, é possível ver que estamos em uma área
115 antropizada, sem marcas e de pastagem predominante de agropecuária. Sobre o
116 EIA/RIMA é importante afirmar que ele foi elaborado com os mais altos critérios
117 exigidos na legislação e o termo de referência expedido pela SEMAS foi feito por uma
118 equipe multidisciplinar de consultores nacionais e internacionais, a qual contemplou
119 todos os aspectos necessários para a realização dos diagnósticos. Dentro do EIA/RIMA
120 a gente também fala de todos os programas que a empresa deseja fazer ao longo da vida
121 útil do projeto, para o meio físico e biológico, totalizando 14 programas, sendo que
122 alguns deles perdurarão durante a licença de operação e outros durante a licença de
123 instalação, alguns deles perdurarão por período de vida útil da mina, e alguns pós
124 fechamento da mesma, em relação aos programas do meio socioeconômico, foram
125 propostos 10 programas, alguns deles como educação, ecologia, programas de
126 construção, programa de compensação ambiental (...) foi daquele valor que a gente
127 condicionou anteriormente naquele slide, e aqui tenho alguns exemplos de programas de
128 desenvolvimento social, um programa que a gente procura muito e que a gente acha que
129 é muito importante é o programa de apoio e capacitação do município, sempre buscando
130 a parceria e participação do governo, da sociedade e da empresa, fortalecendo a
131 participação de todos, cada um com suas competências e responsabilidades,
132 construindo, mantendo e melhorando sempre, ao longo do tempo. Aqui o programa de

133 reassentamento, sempre é um percalço, mas a boa notícia é que o projeto Araguaia e o
134 seu programa de reassentamento, está sendo proposto nos mais altos padrões
135 internacionais, e os padrões internacionais dizem que quanto menos famílias você
136 reassentar, melhor. Então pelos estudos que nós temos, é sabido que: durante a vida útil
137 da mina, teremos que reassentar apenas 23 (vinte e três) famílias, dentre essas famílias
138 incluem-se fazendeiros/donos de terras, onde ocorrerão as lavras. A intenção da
139 empresa é implantar um projeto que gere benefícios para nossos colaboradores, para a
140 comunidade local, para a sociedade em geral, e para os investidores do projeto.
141 Continuaremos sempre incentivando a participação da comunidade e dos órgãos
142 públicos no desenvolvimento do projeto. A estratégia da empresa é investir no minério
143 de níquel, investir nesse projeto de níquel agora, para que o minério de níquel tenha um
144 preço menos elevado, isso faz com que consigamos melhores negociações para a
145 implementação do projeto, para que quando o mercado de níquel inicie a sua melhora, já
146 estejamos no patamar de produção, gerando assim melhor retorno aos nossos
147 investidores, melhor retorno à comunidade, melhor retorno àqueles que estiverem
148 participando do projeto, e trabalhamos também para o desenvolvimento de um projeto
149 que tenha como referência boas taxas nas esferas nacionais e internacionais na área de
150 sustentabilidade social e ambiental. Senhor secretário, eu gostaria de pedir a licença do
151 senhor para passar a palavra para o representante da comunidade local, que ele gostaria
152 de dar uma palavra acerca do projeto Araguaia.**Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de
153 Estado de meio ambiente e sustentabilidade: Tudo bem houve um pedido de dois
154 representantes aqui, quem vai falar?**DANIEL DO AMARAL** representante do grupo
155 Araguaia Níquel: Doutor Alfredo.**Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de
156 meio ambiente e sustentabilidade: Com a palavra, o senhor tem 5 (cinco) minutos.
157 **ALFREDO CARDOSO** representante da comunidade: Boa tarde a todos os presentes,
158 eu gostaria de cumprimentar a todos da mesa e aos demais do auditório, eu gostaria de
159 deixar bem claro para vocês que eu não sou político, nem tenho a menor pretensão de
160 ser, mas eu vim aqui representar a associação comercial de Conceição do Araguaia, o
161 sindicato rural, e também a maçonaria, quando informei que queria vim a essa sessão,
162 muitas pessoas me procuraram, para saber se já era para implantar a empresa para
163 começar a trabalhar, tamanha a ansiedade da população para que essa empresa se instale
164 nessa região, conheço a empresa e vejo a responsabilidade que eles têm com a questão
165 ambiental, e com os produtores vizinhos que mal têm estradas, estão sempre ajudando,
166 sempre contribuindo com toda a comunidade, inclusive ensinando sobre a questão
167 ambiental, e eu digo para vocês que Conceição do Araguaia é uma cidade com 50
168 (cinquenta) mil de habitantes, há 10 (dez) anos atrás, conseguimos trazer três empresas
169 de médio porte, o que gerou grande quantidade de empregos. O comércio necessita, os
170 produtores necessitam, tudo isso poder beneficiado com a vinda da empresa, os
171 produtores circunvizinhos podem ser beneficiados, a população está esperando que isso
172 aconteça, nós vamos à contra mão do Brasil, do desemprego. Há condições de se
173 desenvolver o meio ambiente respeitando a questão ambiental, teremos melhorias muito
174 grandes, em termos de produtividade, em relação ao minério, ao fosfato, que como
175 adubo pode melhorar a renda de nossa população, que é muito carente.**DANIEL DO**
176 **AMARAL** representante do grupo Araguaia Níquel: Obrigada a todos, em nome do

177 grupo Araguaia Níquel eu agradeço a todos vocês, aos conselheiros, ao senhor
178 presidente, e dizer que nossa equipe está aberta à perguntas. **Dr.LUIZ FERNANDES,**
179 secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Muito Obrigada, gostaria
180 agora de repassar a palavra para a câmara técnica permanente de assuntos hídricos e
181 minerários: composta pelo presidente Secretário Adnan Demack, SEDEME, José
182 Conrado, membro FIEPA, Amiraldo Pinheiro, SESP, José Jaci, FETIPA. Com a
183 palavra o presidente da câmara ou a quem designar para apresentar o relatório. (leitura
184 do relatório técnico da câmara que endossou o projeto, entendendo que ele atende os
185 requisitos da câmara para a concessão da licença prévia), **Dr.LUIZ FERNANDES,**
186 secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Antes de repassar a palavra
187 para os senhores conselheira, eu e alguns representantes resolvemos ajustar o quadro
188 das condicionantes, temos praticamente a mesma redação, apenas acrescentou-se depois
189 as parcerias, com os acordos formalmente firmados até o protocolo da licença de
190 instalação. A de número dois já consta no EIA/RIMA, na página 996, volume 03,
191 ressalta-se que o estudo desse programa ainda não possui interface com ações e políticas
192 locais. De qualquer forma o EIA/RIMA está aqui, no número três, temos este programa
193 de Educação Ambiental, que já está contemplado no EIA Vol. III, página 998, que trata
194 dos objetivos, metas, metodologia, dentre outros, do Programa de Educação Ambiental
195 apresentado pela empresa. Estou observando isso posto que de repente já foi
196 anteriormente contemplado no EIA. Não fizemos nenhuma exclusão, a não ser a
197 explicação de algumas, e quatro: Programa de Reassentamento com organização de
198 reuniões e fóruns frequentes com as famílias a serem reassentadas em parceria com
199 gestão pública municipal e políticas públicas voltadas para este tema com vistas a
200 preparação, execução e monitoramento da qualidade de vida dos reassentados, aqui teve
201 uma proposta de ajuste, que ficaria: Desenvolver um sistema informatizado de
202 cadastramento, mapeamento e monitoramento do Programa de Reassentamento e em
203 consonância com a SEMAS e a devida transparência de tecnologia e dados ao Órgão
204 Ambiental. Por que foi acrescentado apenas o vocábulo SEMAS aqui? Porque isso vai
205 servir logicamente para outros órgãos do Estado (...). Cabe especificar que deverá seguir
206 os padrões e requisitos de reassentamentos do Banco Mundial e os existentes no
207 Ministério das Cidades, bem como garantir o alinhamento do cronograma de obras
208 como o de reassentamento, visando a antecipação do mesmo à execução da obra. Aqui
209 temos uma complementação, isso está previsto Reforçar no EIA Vol III, pag. 1012, Item
210 indicadores Socioambientais. Cinco: Garantir água e energia nos reassentamentos, bem
211 como nos espaços públicos. Apresentar sistema de cadastramento, mapeamento e
212 monitoramento do programa de Reassentamento. Aqui como proposta, temos:
213 Apresentar Programas que viabilizem a infra-estrutura básica de água, esgoto,
214 drenagem, energia e estrutura viária nos reassentamentos, bem como espaços públicos,
215 que deverão ser implementados pela empresa. Seis: Colaborar na elaboração/atualização
216 do Plano de Gestão de Resíduos do município de Conceição do Araguaia e Floresta do
217 Araguaia para direcionamento de resíduos em conjunto com as prefeituras, além de
218 envolver atores da sociedade que possam garantir a melhor solução sustentável para
219 resíduos sólidos e orgânicos de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Fica
220 assim: Viabilizar a elaboração/atualização o Plano de Gestão de Resíduos do município

221 de Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia para direcionamento de resíduos em
222 conjunto com as prefeituras, além de envolver atores da sociedade que possam garantir
223 a melhor solução sustentável para resíduos sólidos e orgânicos de acordo com o Plano
224 Nacional de Resíduos Sólidos. Ao invés da palavra colaborar aqui estará viabilizar.
225 Sete: Apresentar termo de cooperação técnica e plano de ação assinados com
226 universidade sediada no Estado do Pará para garantir estudos do uso de rejeitos e
227 escória da mineração, bem como o uso dos subprodutos e ações sustentáveis posteriores
228 aos estudos. Esse aqui permanece do jeito que estava. Oito: Divulgar e/ou participar de
229 ações de governo ou instituições que visem potencializar a divulgação das informações
230 de compras em termos de produtos e serviços, esse aqui senhor presidente eu gostaria de
231 checar porque tenho uma nova proposta de redação para deixar essa redação mais
232 objetiva. Nono: Realizar compras de serviços e insumos em empresas locais na fase de
233 Instalação e Operação, O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal Já foi
234 contemplado no EIA, Vol.III pag. 1010. Dez: Programas de capacitação/qualificação
235 profissional com vistas à contratação local e formação profissionalizante para estímulo
236 ao empreendedorismo e alternativas econômicas com criação de um banco de dados em
237 programa digital para subsídio ao SINE e SEASTER para realocamento de
238 profissionais, programa primeiro emprego, empreendedorismo e sistema de estágio,
239 aqui só foi feito um ajuste: Incluir no Programa de Capacitação da mão de obra, ações
240 que visem à criação de um banco de dados para subsídio ao SINE e SEASTER para
241 realocamento de profissionais, programa primeiro emprego, empreendedorismo e
242 sistema de estágio. Onze: Desenvolver iniciativas para qualificação de fornecedores
243 locais. Esta condicionante está contemplada no Programa de Apoio ao Desenvolvimento
244 Municipal que já está incluso no EIA Vol. III, página 1010, que trata dos objetivos,
245 metas metodologia, dentre outros, relativos ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento
246 Local apresentado pela empresa. Doze: Apresentar trimestralmente as prefeituras de
247 Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia os relatórios de monitoramento
248 ambiental da fase de Instalação e Operação. Aqui só houve a observação que não há
249 monitoramento ambiental na Fase de Licença Prévia, deverão constar na LI e LO.
250 Treze: Desenvolver agenda com a secretaria de saúde estadual e municipal para
251 prevenção e monitoramento de doenças respiratórias decorrentes da atividade mineral.
252 Só uma observação: Esta condicionante proposta já está contemplada no EIA Vol. III,
253 página 1002, que trata dos objetivos, metas, metodologia, etc. do Programa de Saúde
254 Pública apresentado pela empresa. Quatorze: Investir e estimular o desenvolvimento de
255 energias alternativas para o setor produtivo rural a partir da produção científica de
256 universidade sediada no Estado do Pará, esse aqui talvez seja bom apenas fazer um
257 comentário. Quinze: Apresentar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento
258 Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), estudo de viabilidade de verticalização
259 do Níquel no Estado do Pará, mantendo a redação inicial. Dezesesseis: Implementar os
260 Programas abaixo relacionados: Programa de Gerenciamento de Resíduos; Programa de
261 Controle de Efluentes; Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar; Programa de
262 monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas; Programa de
263 Monitoramento dos Níveis de Ruídos; Programa de Saúde Pública. Plano de Controle e
264 Prevenção de Acidentes (PCPA) e Plano de Ação de Emergência (PAE), um

265 comentário, os programas de Estado, não serão implementados na fase de licença
266 prévia, portanto, a condicionante não pode ser cumprida nessa etapa. Além do que, já
267 está previsto no EIA a implementação dos mesmos nas fases de LI e LO. Tudo bem?
268 Apenas para não ficar parecendo que algumas coisas que não podem ser cumpridas
269 nessa fase agora serão cumpridas. Bom, esses foram alguns dos comentários das
270 câmaras técnicas ou para esclarecer ou para constar que algumas já estavam constando
271 no estudo de impacto ambiental. **TECNICO SEDEME:** Secretário me deixe apenas
272 fazer um esclarecimento, sendo parte da parte da câmara técnica. No item oito, quando
273 se fala em divulgar e participar das ações de governo e instituições para potencializar as
274 divulgações dos programas de informação de produtos e serviços, a participação do
275 produto, como estimular e potencializar a questão local. **Dr. LUIZ FERNANDES,**
276 secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Só para deixar bem claro,
277 nessa divulgação que o Estado deu não é conteúdo, é a forma como nós faremos isso.
278 **TECNICO SEDEME:** A forma seria isso, já há programas que as grandes mineradoras
279 já fazem parte e a SEDEME ficará como potencial parceiro. **Dr. LUIZ FERNANDES,**
280 secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Eu gostaria que mudasse a
281 redação só para ficar claro como faremos isso. **TECNICO SEDEME:** No item 14 que é
282 estimular as energias alternativas, visando um pouco desse *gap* de energia rural
283 e bioenergia para auto abastecimento, gente se compromete em melhorar essa redação, e
284 no item 15 apenas para reforçar a importância da verticalização mineral do próprio
285 estado. A gente vê isso como um grande *gap* para Estado, deixar de ser apenas
286 exportador e ter uma verticalização mineral, acho que seria talvez importante que a
287 gente determinasse um prazo, em relação às demais alterações estamos de acordo.
288 **Dr. LUIZ FERNANDES,** secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade:
289 Na verdade, não se mudou o conteúdo, apenas se informou que: ou já constava no
290 estudo, ou se complementou para que ficasse bem mais objetiva e clara, apenas essas
291 duas aí, no caso a quinze e a oito é que precisariam de uma nova redação para que
292 ficassem mais claras, então no caso o que a câmara técnica manifestou, o relatório passa
293 a ser substitutivo com essas alterações? O relatório a ser discutido não é? Não estou
294 falando que está aprovado, estou falando para não ter que apresentar dois relatórios,
295 então analisaremos com exceção do item oito e do item quatorze. A partir disso abre-se
296 a discussão dos senhores conselheiros, com a palavra o Dr. Eliel Faustino. **Conselheiro**
297 **Dr. ELIEL FAUSTINO,** representante da ALEPA: Encontrar um substituto a princípio
298 não substituído pelo EIA, considera-se como já atendido o caso, temos nessa visão
299 ajustada uma redação ajustada do texto anterior. **Dr. LUIZ FERNANDES,** secretário de
300 Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Todos os que estão até aqui colocados
301 fazem parte ou do EIA ou do RIMA. **Conselheiro Dr. ELIEL FAUSTINO,**
302 representante da ALEPA: Em relação ao item nove, ele será substitutivo? **Dr. LUIZ**
303 **FERNANDES,** secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Eu diria
304 que esse item já é uma condicionante posto que se encontra no EIA e no RIMA, nesse
305 sentido eu diria que se trata até de uma redundância. Aqueles que não constam lá, como
306 é o exemplo do item oito, permaneceu do jeito que está, posto que tinham previsão no
307 EIA. **TECNICO:** Eu concordo com o secretário, porque ter esse item é uma forma de
308 reforçá-lo, a gente viu que realmente está no EIA, **Dr. LUIZ FERNANDES,** secretário

309 de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: mas o que está aqui, todos vão para o
310 EIA, e de qualquer forma, para a tranquilidade geral de todos, isso vai fazer parte do
311 relatório, é parte integrante. Isso foi mais para tranquilizar a todos que a maior parte
312 disto aqui já está no EIA. É claro que a equipe já trabalhou nisso há muito tempo, mas
313 de qualquer forma ambos farão parte, salvo os ajustes, e sendo contemplados não terão
314 nenhum problema, teria se não estivesse os sendo. Em discussão. **Conselheiro Dr.**
315 **JOSÉ LEAL** representante da ONG/AMOT: Eu gostaria de saber se tendo ouvido essa
316 nota técnica, primeiro se eles estão de acordo com isso tudo, faço essa pergunta porque
317 tenho uma dúvida em relação à condicionante de número quinze e dezesseis, que fala
318 sobre a verticalização do níquel no Estado, a minha questão primeira é com a empresa,
319 se ela já entendeu o que ela tem que fazer nesse projeto de viabilidade e segundo
320 gostaria de saber se existe embasamento legal de exigirmos isso como condicionante,
321 óbvio que quero que isso ocorra, mas quero me respaldar sabendo se temos como
322 respaldar e fundamentalmente se ela está não apenas ciente como disposta, até porque
323 algumas são oportunas e de praxe, mas essa que gostaria de saber se temos a
324 viabilidade. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e
325 Sustentabilidade: Ao final faremos esse questionamento, senhores conselheiros ainda
326 com a palavra, **Conselheiro Dr.GLAUCIO TORRES**, representante dos funcionários
327 da SEMAS: Tenho várias observações, e o que me chamou a atenção foi em relação a
328 mão de obra, e com a implementação tem-se uma queda, e eu percebi que dentro das
329 condicionantes temos no item dez, que é de conhecimento de todos que nos grandes
330 projetos a pressão do município é muito forte, e com relação a esses postos eu não pude
331 perceber nenhum item que leve em conta a vocação do município, como a empresa vai
332 lidar com essas mazelas, a gente precisa de um esclarecimento se ela tratou de forma
333 local, daquilo que a população precisa, que está para além de banco de dados. **Dr.LUIZ**
334 **FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Muito bem
335 colocado, já tem previsão, ela trabalha com mão de obra local, mas é bom dizer que ela
336 não substitui a proposta da câmara técnica, apenas incluiu o programa de capacitação,
337 mas não substitui isso está incluído, e tem sido essa ação do governo. A própria
338 secretaria pode subsidiar esse banco do SINE. **Conselheiro Dr. JOSÉ LEAL**
339 representante da ONG/AMOT: Eu gostaria de me manifestar sobre essa colocação do
340 Conselheiro, eu acho que ele foi muito feliz, em lembrar especificamente desta questão
341 porque nós temos sofrido muito neste estado e em outros estados do Brasil quando do
342 fechamento desses projetos, e fica as vezes só as prefeituras praticamente
343 acompanhando e não enfrentam bem as vezes, e ao final do projeto, ao fechamento da
344 mina no caso o viés econômico desaparece e a população não foi conduzida para um
345 viés econômico alternativo, que precisa ser trabalhado, acho que foi muito oportuno e
346 acho de deve fazer parte das condicionantes. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de
347 Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Bom, acabei de falar e não vou reforçar,
348 posto que já esteja claro que ela já faz parte das condicionantes, e especialmente que
349 deve fazer parte das condicionantes posteriormente nas fases de LI e LO, porque nesse
350 momento estamos discutindo a viabilidade locacional, e isso vai ser colocado, e volto a
351 falar é o que o governo tem feito de forma veemente, e isso foi feito inclusive em Belo
352 Monte, se não tivesse sido feito o problema seria ainda maior. **Conselheiro**

353 **Dr.GLAUCIO TORRES**, representante dos funcionários da SEMAS:Tenho outra
354 observação a ser feita no item nove, só gostaria de fazer algumas observações. Em
355 relação à essas compras, a minha preocupação é não haver um teto, não sei se podemos
356 trabalhar com um percentual mínimo de investimento de modo a fortalecer o município
357 em relação à cadeia produtiva, para calcular um limite de consumo e investimento local.

358 **Conselheiro Dr.ELIEL FAUSTINO FILHO**, representante da ALEPA: Primeiro que
359 eu penso que a empresa tem que consumir cem por cento do que nós temos a oferecer.
360 A partir do momento em que não temos o produto no estado aí sim. Aí se pode comprar
361 de outro mercado, isso é o mais sensato até para a empresa demonstrar que está
362 cumprindo uma condicionante da licença prévia. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário
363 de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: A lógica é essa, a empresa que tem
364 que demonstrar que o produto não é oferecido no Estado, e eu gostaríamos de dizer que
365 a fiscalização é bem atuante da secretaria da fazenda.**Conselheira Dra. PATRÍCIA**
366 **ROCHA**, representante da OAB: quando a empresa se refere ao item dez em relação à
367 mão de obra local, o que me preocupa é a mão de obra qualificada, qualificar para nível
368 técnico e médio é uma coisa, qualificar para nível superior é outra coisa, as únicas
369 turmas técnicas do IFPA para as áreas da Eletronorte e Vale, ocorreram em 2002 e 2003
370 e isso é uma coisa que temos que ver nesse momento, viabilizar esse projeto e como
371 atuará no município. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente
372 e Sustentabilidade: É isso mesmo conselheira, não sei se o secretário Adnan quer
373 inclusive mencionar sobre a nova proposta do Pará profissional, não sendo algo estático.

374 **Conselheiro Dr.ADNAM DEMACHKI** representante da SEDEME: O conselheiro se
375 posicionou bem, as compras têm que ser feitas preferencialmente no Pará, inicialmente
376 na cidade de São João do Araguaia, e o que não tiver lá, na cidade de Abaetetuba, que é
377 uma cidade relativamente pequena, o importante talvez é a própria empresa se
378 relacionar com uma representante comercial para preparar os seus associados, isso é
379 fundamental, para que você possa dinamizar a economia local e a economia estadual,
380 essa já é uma regra no Estado, os incentivos fiscais também têm essa regra, ela deve
381 comprovar semestralmente suas compras no Estado, e caso não as realize, justificar.
382 Sobre a qualificação estamos gerando um programa chamado Pará Profissional, é um
383 programa gerado pelo Estado e não pela empresa, e essa qualificação ocorrerá
384 respondendo a vocação regional, e essa qualificação buscam as instituições e empresas
385 como parceiras, vai ser lançada agora pela SECTET, nós acreditamos que não é a
386 empresa que tem atuar é o estado e à reboque as empresas. **Conselheira Dra.ROSA**
387 **KEILA SOUSA**, representante da FAEPA: Boa tarde, na minha visão o item dez é
388 interpretativo porque na minha visão está sendo contemplado, tanto que o conselheiro
389 falou que a empresa vai adquirir, aqui é um item fora a parte, que a empresa vai realizar
390 programas de qualificação profissional, que visam a estimular o empreendedorismo, ela
391 não está falando sobre a tendência econômica do município, de maneira geral ela está
392 falando sobre o empreendedorismo de forma geral, e depois também fala de alternativas
393 econômicas com criação de banco de dados, ou seja, ela vai capacitar outras mãos de
394 obra e áreas em que a população local poderá ter outra frente de busca de emprego,
395 então isso aqui é um *plus*, a empresa além do que ela utilizará de mão de obra ela
396 também irá qualificar. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio

397 Ambiente e Sustentabilidade: Na verdade esse aqui é o de banco de dados, o que fala de
398 mão de obra está contemplado no EIA, Não é diretamente só para o empreendimento. A
399 preocupação era não ter esses problemas.**Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**,
400 representante da FAEPA: Quer dizer que se outra empresa futuramente quiser se instalar
401 essa já deixará a mão de obra e já haverá um banco de dados. Foi isso que eu entendi, é
402 um *plus*. **Conselheiro Dr. ADNAM DEMACHKI** representante da SEDEME: Correto
403 conselheiro, quando a empresa começar a funcionar ela vai gerar a CEFEMI, que é a
404 contribuição financeira de exploração mineral, o níquel tem um valor elevado, vai ser
405 uma quantia importante para a cidade, a empresa tem como conceito, com o projeto de
406 mineração definida, preparar a cidade economicamente para que ela não fique
407 dependente só da mineração, e quando a mineração se extinguir que ela tenha realmente
408 vida própria, e com certeza se definiu esse *plus* para outras atividades, com certeza a
409 SETEME vai se agregar nesse sentido da vocação.**JOSÉ MARIA**
410 **MENDONÇA** representante da FIEPA: Queremos deixar bem claro que isso é
411 obrigação do Estado, a empresa apenas auxilia, temos a política pública de Estado, e
412 deixar isso registrado. Precisamos trazer novas empresas para o estado, se criarmos
413 mecanismos de empresas funcionando como Estado dificultará o
414 processo.**Conselheiro Dr. ELIEL P. FAUSTINO FILHO**, representante da ALEPA:
415 Eu entendi o que o conselheiro Gláucio falou, porque por vezes se faz cursos de
416 qualificação sem atender a vocação da condicionante, hoje o SINE que vê nacional está
417 ligado à SEASTER, naturalmente existem condicionantes que serão observadas pela
418 licença prévia.**JOSÉ MARIA MENDONÇA**, representante da FIEPA: Eu concordo
419 com isso, mas é uma necessidade de Estado, a empresa não precisa fazer isso, o estado
420 que diz a particularidade da região, o estado me diz e eu digo se posso me comprometer
421 ou não.**Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**, representante da FAEPA: Nós só
422 temos que ter cuidado nessa redação para não limitarmos. Porque a minha preocupação
423 é a seguinte, de repente a gente coloca a responsabilidade da vocação local, a gente tem
424 que ter cuidado para limitar e deixar abrangente não deixando de fora, a gente tem que
425 dar prioridade à vocação local, mas não limitando, **Conselheiro Dr. ELIEL P.**
426 **FAUSTINO FILHO**, representante da ALEPA: Eu estive lá em Belo Monte, existe
427 trabalhador que é mão de obra não tão especializada, eles se chamam de barrajeiros, já
428 vieram de outra construção de barragem e depois vão para outra, aqui se está falando do
429 trabalhador que quer se fixar, porque acontece de ele casar e constituir família, em
430 função disso, quer dizer que não são todos os trabalhadores que vão ter que observar a
431 peculiaridade regional, porque se for agropecuário e quiser trabalhar da construção civil,
432 vai ter que fazer um curso só destinado a isso? Acredito não ser esse o sentido.
433 **Conselheiro Dr. ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME: Queria só colocar
434 uma questão, a gente tem hoje no estado muito trabalho envolvendo várias secretarias,
435 tanto em produção quanto em resistência, é em relação a exatamente esse banco de
436 dados tem que ter, a gente bateu esse recorde de desempregados de vinte e sete mil ano
437 passado e dezessete mil praticamente em Belo Monte, e esse ano a gente vai ter outra
438 bola da vez que é a de Canaã, esse ano, para quem não sabe, haverá em torno de vinte e
439 cinco mil pessoas esse ano desempregadas, a gente tem esse banco de dados, e estamos
440 organizando isso de uma forma que a gente possa reaproveitar esses empregos e essas

441 pessoas capacitadas pela VALE e especializadas em mineração, é o que a gente está
442 tentando fazer para tentar combater esse nível de desemprego, estamos atualmente
443 ficando com o déficit de 40 mil empregos. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de
444 Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade:Volto a dizer, o que está aqui é somente a
445 inclusão no banco de dados, mas o outro já consta no estudo que é a capacitação, que o
446 conselheiro Adnan colocou aí, que a é a capacitação profissional. Mais alguém? Temos
447 aqui nessa licença um prazo, esse pode ser o prazo de instalação e pode ser também da
448 licença prévia para instalação, então antes da concessão para licença de instalação, todos
449 esses programas, têm que estar executados. Alguém quer manifestar divergência? Tem
450 que estar cumprindo todas essas condicionantes. Aqui esta o Doutor Thales, são dois
451 prazos, o da concessão da licença ou do pedido da licença de instalação. Senhores
452 Conselheiros, As redações aqui, o item quatorze, o conselheiro Adnan, tem alguém aqui
453 que vossa excelência... O conselheiro quer entender aqui o item quatorze.**Conselheiro**
454 **Dr.ADNAN DEMACHKI** representante da SEDEME: Eu queria antes até de melhorar
455 a redação, falar sobre a motivação da inclusão deste item aqui, porque considerando as
456 fontes de alternativa que existem como fontes desse projeto que trata da questão do
457 níquel, trata-se da motivação e inclusão da câmara técnica no momento de inclusão
458 dessas condicionantes, essa região carece ainda de energia elétrica, parte do sul do Pará
459 ainda não tem energia elétrica suficiente, a idéia era produzir outras fontes alternativas
460 que pudessem atender o campo, a idéia era essa ao eleger essas condicionantes.**JOSÉ**
461 **MARIA MENDONÇA**, representante FIEPA: Só para subsidiar isso, a UFPA
462 desenvolveu um gaseificador para unidades isoladas, então essa é a idéia que uma
463 comunidade isolada não tem como crescer em energia, por mais que o fio passe lá em
464 cima ela é contínua, ela não pode descer, e serem criadas fontes alternativas que possam
465 atingir essas comunidades isoladas, essa que é a idéia figurada desta colocação.
466 **Conselheiro Dr.ADNAM DEMACK**, representante da SEDEME:A gente já fez uma
467 proposta de redação senhor presidente. No item oito, o novo texto: Apresentar programa
468 que vise potencializar a divulgação das informações de compras em termos de insumos
469 e serviços nas fases do projeto. **JOSÉ MARIA MENDONÇA**, representante FIEPA:
470 Estiveram conosco lá justamente nós temos uma rede de fornecedores que o trabalho é
471 exatamente isso, o sistema REDES, e esse programa tem sido um sucesso que estamos
472 sendo convidados para levar a outras federações. No item quatorze a proposta seria de
473 retirar o item quatorze e o ajustar no item cinco, a gente apenas acrescentaria o item
474 energias alternativas no reassentamento, fica assim: Garantir água e energia nos
475 reassentamentos, bem como nos espaços públicos, apresentar sistema de cadastramento,
476 mapeamento e monitoramento do programa de reassentamento. **JOSÉ MARIA**
477 **MENDONÇA**, representante FIEPA: Eu estou preocupado com este item, são vinte e
478 três famílias, imagine que eu aloque essas famílias em locais separados, como é que eu
479 vou assinar isso aí, como vou cumprir isso? No caso de continuidade de construção.
480 Imagine que seja isolado, vamos supor que se leve para outra comunidade rural, como
481 assinar isso aí?**Conselheiro Dr.ELIEL P. FAUSTINO FILHO**, representante da
482 ALEPA: Mas como ficará isso aí? São todas áreas rurais ou há áreas rurais e urbanas
483 também?**Conselheira Dra.ROSA KEILA SOUSA**, representante da FAEPA: Não há
484 teor para unir da forma como vocês estão colocando, porque o cinco tem que garantir

485 água e energia nos reassentamentos, e o outro falam em estimular o desenvolvimento de
486 energias alternativas para o setor produtivo, são coisas totalmente diferentes, não da
487 para unir os dois da forma que o senhor sugeriu. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de
488 Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade:Vamos ver isso, talvez não dê para unir
489 mesmo, senhor José Mendonça a fase aqui é a fase de LP, eles vão apresentar o projeto,
490 na fase de LP, projeto executivo que viabilize a infraestrutura básica, ele vai apresentar
491 para ver se é aprovado ou não. **JOSÉ MARIA MENDONÇA**, representante FIEPA: E
492 no caso de serem locais isolados, vai resultar naquilo que já temos, eu não quero
493 amarrar demais, porque toda vez que a gente engessa muito não fica legal. **Dr.LUIZ**
494 **FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade:Pois é, mas
495 esse aqui é o projeto ainda, na fase de LP.**Conselheira Dra.ROSA KEILA SOUSA**,
496 representante da FAEPA: Eu sou contra a fusão dos dois itens porque daí estar-se-ia
497 suprimindo o item quatorze.**Conselheiro Dr.ADNAN DEMACKI**, representante da
498 SEDEME: podemos separar. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio
499 Ambiente e Sustentabilidade:Então vamos ver se a gente faz junto o item quatorze(...)
500 então o cinco será mantido com a redação anterior, vamos alterar apenas o item
501 quatorze. **Representante da SEDEME**: Presidente ficaria assim: estimular
502 investimentos em insumos para o desenvolvimento de energias alternativas para o setor
503 produtivo rural. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e
504 Sustentabilidade: Mas seria para os reassentados ou para o setor produtivo rural como
505 um todo?**JOSÉ MARIA MENDONÇA**, representante FIEPA: Eu tiraria esse quatorze,
506 vai ser concedido energia posteriormente parater esse dispositivo, eu vou ter que dar
507 energia para quem eu reassentei.**Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**,
508 representante da FAEPA: Mas nem todo reassentado é produtor rural, isso que a gente
509 tem que entender, aqui a gente está trazendo uma classe para beneficiar, e eu como
510 representante da classe produtora não posso aceitar isso entendeu? Porque tira o
511 benefício para o setor produtivo rural, entendeu? Por isso que eu estou pedindo que
512 permaneça, é isso. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e
513 Sustentabilidade:Já tem a redação?**Conselheiro Dr.ADNAM DEMACKI**,
514 representante da SEDEME: Incentivar investimentos em estudos para desenvolvimento
515 de energias alternativas para o setor produtivo rural. **Dr.LUIZ FERNANDES**,
516 secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Vou tentar uma aqui só para
517 ver se vocês concordam: apresentar programas de estímulo para desenvolvimento de
518 energias alternativas para o setor produtivo rural, apresentar o programa, pode ser?
519 Porque daí já tem que fazer o estudo e apresentar o programa. Aí quando ele passar da
520 LP para a LI daí já adianta o projeto, a mesma coisa eu gostaria de pedir para os
521 senhores conselheiros para retroagir na condicionante de número cinco, então fica
522 assim: apresentar projetos executivos que viabilizem a infra-instrutora básica de água,
523 eu queria propor assim, apresentar programas que viabilizem a infra-estrutura e deixar
524 os projetos para a fase de LI, porque nesse momento ele não poderá apresentar os
525 projetos. A condicionante de número oito já está ok não é? E a quatorze está tudo certo
526 assim? Vamos olhar a condicionante quatorze: Apresentar programa de estímulo para
527 desenvolvimento de energias alternativas para setor produtivo rural, porque nesse
528 momento aqui não irá conseguir apresentar os projetos. O prazo para as condicionantes

529 no caso da LP é de 1095 dias, o prazo da LP, a proposta aqui seria ou o prazo da LP ou
530 o pedido de instalação, a que primeiro ocorrer, se o pedido de instalação ocorrer antes
531 desses 1095 dias está dentro do prazo, se estiver para além está fora do prazo, o pedido
532 deve ocorrer dentro dos 1095 dias, tudo bem senhores conselheiros?**Dr.LUIZ**
533 **FERNANDES**, secretário de estado de meio ambiente e sustentabilidade:Primeiro, o
534 prazo de cumprimento das condicionantes são 1095 dias contados partir da concessão ,
535 se for o caso, e se esse conselho aprovar, da licença prévia, têm que ser cumpridas as
536 condicionantes em 1095 (noventa e cinco) dias, ou com pedido de licença de instalação,
537 tudo bem? Se for menor, claro, o máximo aí é de 1095 dias, que é o prazo máximo que
538 tem sido dado para a licença prévia. Tudo bem? Senhores conselheiros, como eu acho
539 que a gente terminou discutindo aqui bastante, todas essas condicionantes, as
540 implicações, e parece que foi consenso aqui no conselho. Agora podemos começar a
541 votação? Aqueles que concordam na aprovação do projeto, desde que cumpridas todas
542 as condicionantes aqui colocadas quer pelo setor técnico, quer pela comissão técnica e
543 as outras aprovadas e sugeridas aqui pelos conselheiros, permaneçam como estão,
544 aqueles que não concordam, por favor, levantem a mão direita, então aprovada a LP do
545 projeto Araguaia níquel, e queria parabenizar os conselheiros a todos da empresa e o
546 que o Estado do Pará espera é que tenhamos um projeto de muita importância para o Sul
547 do Estado, e que projetos como esse , comecem a mudar a dinâmica do que
548 normalmente vinha acontecendo, e que por isso nós tínhamos muita dificuldade de
549 aprovar determinados projetos, porque não tinham uma consistência boa. Além da
550 metodologia e com propostas claras, e que nós possamos manter em vigor funcionando,
551 todas essas condicionantes. Agora nós chamaremos a outra empresa, alguém da empresa
552 gostaria de falar algo? **DANIEL DO AMARAL** representante do grupo Araguaia
553 Níquel: A gente gostaria de agradecer a toda equipe técnica, ao conselho, a nossa
554 equipe, e eu queria em nome da empresa agradecer a todos que participaram do
555 processo e com a ajuda de vocês nós iremos conseguir.**ConselheiroDr. NILTON**
556 **GURJÃO**, representante do MP: Ocorre que eu li na semana passada, que a empresa
557 estava retida nesse projeto, tinha saído desse projeto, saído de Miritituba, devido à
558 operação lava jato, ou ela teria parceiros, não sei se vocês leram no jornal “o liberal”,
559 então eu queria saber se procede isso, para que não ocorra de eu estar perdendo tempo
560 aqui,**Conselheiro Dr.ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME: Sucede que
561 essas grandes empresas, ainda que não executem o projeto, o vendem, uma
562 condicionante que fora decidida pelo Estado, e o governador transformou essa
563 condicionante para todas as ETCs de portos, a gente vai aproveitar e apresentar a
564 condicionante do voto, talvez a empresa não execute o empreendimento, mas ela não
565 está desistindo. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e
566 Sustentabilidade: Antes de prosseguirmos essa discussão, seria interessante ouvir a
567 empresa, para saber, se a mesma tem interesse na apreciação do projeto pela câmara.
568 **DANIELLA CYSNEIROS**, representante do grupo Odebrecht: Boa noite, me chamo
569 Daniela Cysneiros, sou engenheira da área de sustentabilidade Odebrecht, infraestrutura,
570 e represento aqui hoje o projeto Odebrecht Transport, esse projeto foi acompanhado por
571 mim, bem como de todo o processo de licenciamento, estudo e feitura. Na verdade não
572 há uma desistência desse projeto, o que a Odebrecht está buscando no mercado é o

573 sócio, e por isso que nós estamos acirradamente em busca da LP, um projeto com uma
574 LP na mão, é mais vendável que um projeto que é apenas um sonho, então, essa
575 informação que a Odebrecht estaria desistindo do projeto não procede, e hoje a gente
576 está buscando o mercado externo inclusive, é por isso que o Douglas Odoni não está
577 aqui hoje, ele está na agenda internacional em busca de um parceiro para negociar esse
578 projeto, então nós temos sim o interesse de que esse projeto seja votado
579 aqui. **Conselheiro Dr. NILTON GURJÃO**, representante do MP: E qual vai ser o mês?
580 Qual é o percentual de possibilidade de se atuar nesse projeto. **DANIELLA**
581 **CYSNEIROS**, representante do grupo Odebrecht: Não posso lhe responder isso,
582 porque como lhe falei o projeto só tem lastro, segurança para o nosso sócio, quando a
583 gente tem uma empresa nova, então as tratativas de participação do nosso sócio externo,
584 não passa de um *linetec*, é uma construção com os parceiros que se apresentam
585 interessados: China, Argentina, enfim... Esses percentuais não são discutidos, tudo
586 muda depois da LP na mão, a gente tem mais força, convenhamos. **Conselheiro**
587 **Dr. JOSÉ LEAL** representante da ONG/AMOT: Eu gostaria de fazer uma observação
588 também, é desconfortável, pelo menos para mim, ter que discutir, há toda uma
589 expectativa de haver chance de não ser implantado, **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário
590 de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Eu acho que isso aí não cabe
591 (...). **Conselheiro Dr. JOSÉ LEAL** representante da ONG/AMOT: Senhor presidente, o
592 senhor me permite, me manifestar como eu queria, eu queria somente lhe dizer que eu li
593 no jornal a mesma nota que o conselheiro Nilton falou, a chapa que era uma nota apenas
594 jornalística, mas me preocupou com medo que a Dra. Daniela confirme que a Odebrecht
595 que é uma big no Brasil, já está em busca de um parceiro em um projeto desse, isso é
596 uma preocupação e um desconforto que eu tive e eu tenho o direito de ter o desconforto,
597 **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e
598 Sustentabilidade: Tudo bem, mas vamos lá, no segundo ponto de pauta, dessa reunião
599 ordinária, nós vamos pedir para a Dra. Daniela apresentar o projeto? . **DANIELLA**
600 **CYSNEIROS**, representante do grupo Odebrecht: Eu vou apresentar o projeto e a
601 empresa e a Ambientare, na pessoa do Michel, vai apresentar a consolidação do estudo.
602 **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade:
603 Tudo bem, vocês têm vinte minutos para fazer a apresentação, por favor. **DANIELLA**
604 **CYSNEIROS**, representante do grupo Odebrecht: Voltando um pouquinho eu sou
605 Daniela Cysneiros, eu trabalho na área de sustentabilidade e infraestrutura, a Odebrecht
606 Transport é do grupo Odebrecht, cuja atividade é focada em logística, mobilidade
607 urbana, e construção de aeroportos e ferrovias, nós trouxemos um vídeo institucional
608 que irá materializar, eu gostaria de trazer a segurança para os conselheiros que em
609 nenhum momento houve a orientação da segurança de que esse processo fosse
610 desacelerado, prova disso é que estamos com outro processo de licenciamento aqui no
611 Estado que é o Turpe Flutuante, bem como a construção de barcas também que estão
612 em curso, então eu quero deixá-los menos desconfortáveis em relação a isso. Vou
613 apresentar aqui um vídeo institucional da empresa, para vocês saberem mais sobre a
614 atividade da Odebrecht Transport (vídeo), **DANIELLA CYSNEIROS**, representante
615 do grupo Odebrecht: Bem senhores, esse é um pouco da história do DNA da Odebrecht
616 Transport, uma empresa sólida no mercado logístico de concessões e esses negócios que

617 foram apresentados, nós tivemos sorte, nós não fomos cem por cento detentores de
618 todos os projetos, então me espanta o espanto da sociedade e da mídia por estarmos
619 procurando um sócio também para a extração e transbordo de cargas de Santareminho,
620 a intenção do projeto não é a de rechaçar o projeto e repassá-lo para outra pessoa
621 jurídica, trata-se de algo que temos lutado e sonhado tanto, e em seguida a gente vai
622 apresentar para os senhores o projeto propriamente dito, a concepção, a idéia, do
623 negócio da estação do transbordo de cargas e por fim o Michel vai tratar das questões do
624 estudo do impacto em sua forma mais técnica. Senhor conselheiro, se o projeto for
625 aprovado o senhor provavelmente vai me ver trabalhando muito por aqui nesse porto, é
626 um projeto que está vindo com muita garra e muita determinação da equipe de
627 engenharia, (inaudível) o grupo da Odebrecht Transport tem se consolidado, e isso eu
628 posso lhe garantir, então passo a apresentação para o estudo e suas considerações.
629 **MICHEL GOULARD**, representante da Ambientare: Boa noite aos senhores
630 secretários e conselheiros, antes de começar essa apresentação eu gostaria de informar
631 que ela foi feita inicialmente para a câmara técnica do COEMA, mas tendo em vista que
632 os objetivos aqui são ligeiramente diferentes eu busquei abreviá-la um pouco para
633 termos mais tempo para as discussões. Como a Daniela falou, nós temos a estação de
634 transbordo de carga de Santareminho, a primeira coisa que a gente tem que lembrar é
635 que o relatório de impacto ambiental e o estudo de impacto ambiental são instrumentos
636 integrantes do processo de licenciamento ambiental e são previstos pela legislação,
637 antes de a gente chegar nesse momento aqui de estar aqui na discussão licença, nós
638 fizemos estudos e fizemos duas audiências públicas, e previamente a essas audiências
639 nós fizemos também reuniões técnicas prévias, com o adjunto da comunidade, então
640 esse empreendimento tem sido trabalhado na parte ambiental desde 2014 e tem sido
641 amplamente divulgado os estudos prévios e discutidos com a comunidade nas áreas
642 contíguas do empreendimento. Foi elaborado pela equipe técnica da Ambientare e
643 soluções ambientais, a nossa empresa surgiu em 2006 em Brasília, já estamos bem
644 consolidada, especialmente no estado do Pará, já participamos de diversos processos de
645 licenciamento, inclusive no relativo a transporte e transbordo de cargas. A base de todo
646 EIA/RIMA, é o desenvolvimento de estudos feitos não somente com dados secundários,
647 disponíveis em literatura e outros, mas principalmente levantamento de dados em
648 campo, em relação a isso a gente obedeceu a todas as recomendações, e que nós fizemos
649 através de um termo de referência. Bom, então por que Santareminho? Como foi
650 apresentado no vídeo, essa trata-se do fato de ter localização estratégica, no município
651 de Rurópolis, em função do acesso da BR 163, da Transamazônica n.230 e do acesso
652 fácil à hidrovia do Tapajós, na região existe ainda uma carência de infra-estrutura
653 portuária moderna e aparelhada para movimentação de cargas, então até poucos anos
654 atrás se iniciou esse processo de licenciamento de estações de Transbordo de cargas,
655 principalmente na região de Miritituba e na região de Santareminho, e os terminais mais
656 na região de Barcarena, um ponto importante para mencionar também é que a estação
657 de transbordo de cargas de Santareminho é a primeira que está sendo iniciada nessa
658 região especificamente, é a tendência de ocupação do solo, inclusive isso está
659 estabelecido no plano diretor municipal participativo de Rurópolis, é toda a margem
660 direita do rio Tapajós aí, e até das imediações de Miritituba, até próximo da comunidade

661 de livramento, que está destinado como região para implantação de estações de
662 transbordo de cargas e outros empreendimentos congêntos, localização do
663 empreendimento, como foi dito, no município de Santarenzinho, às margens do
664 município de Tapajós, no município de Rurópolis Pará, então a gente tem nessa figura
665 poligonal, a gente vê o terreno que vai ser previsto para a implantação, que chegarão até
666 o Município de Campo Verde, na bifurcação da BR 230, aqui a gente tem então um
667 acesso que é chamado de Km 30, como você pode perceber a comunidade se situa aqui,
668 e nesta etapa do empreendimento, já foi feito na região pelo próprio município esse
669 desvio da comunidade, buscando já tentar minimizar essa interferência aí, esse km 30
670 segue até as imediações do terreno da Odebrecht, essa estrutura geral de layout do
671 empreendimento, que a gente no estudo consegue ver de forma detalhada, a gente tem
672 uma estrutura prevista para a movimentação de grãos, fertilizantes e também
673 containeres. Os dados aí já foram apresentados, no movimento operacional, uma
674 movimentação de até 4 milhões de toneladas ano de grãos, soja e milho e até 13 bilhões
675 852 de grãos, caminhões a movimentação é de 704 carretas dia, para grãos, 164 carretas
676 dia para contêineres, e 214 carretas dias para fertilizantes, bom, as áreas de influência
677 do estudo, é importante a gente dizer também que após a emissão do protocolo do
678 EIA/RIMA e a realização das audiências públicas, a equipe técnica da SEMAS, onde
679 ficou a Odebrecht Transport e a Ambientare, há uma série de itens que foram
680 devidamente complementados e apresentados e tidos como pertinentes, e um dos itens
681 era a redefinição das áreas de influência do estudo, então essa figura é só para ilustrar
682 que a área de influência indireta do empreendimento que normalmente a gente considera
683 a bacia hidrográfica, foi apresentado uma proposta que a gente considerou na verdade a
684 microbacia local, em função dos impactos, previstos tanto para o meio físico quanto
685 para o meio biótico, se restringirem a aumentar as cotas mais elevados em desforços
686 para essa microbacia, então aí a definição da área de influencia indireta para o
687 empreendimento, nós temos aí todo o acesso por onde irão passar os caminhões, até as
688 imediações entre a parte da Odebrecht e a parte fluvial do empreendimento, área de
689 influência indireta, também seguindo todo o acesso da localidade do Campo verde até o
690 empreendimento, há o que nós chamamos também de área de fundeio, onde ocorre a
691 movimentação das barcaças em si, entre área de espera e área de terminamento, na área
692 de influência socioeconômica a gente considerou os territórios do município de Itaituba
693 e Rurópolis, na área de influência direta, além das sedes municipais de Itaituba e
694 Rurópolis, e essas comunidades ao longo do Km 30, a gente considera também
695 Miritituba, e Campo Verde obviamente, em função de grande parte da mão de obra e
696 pelos impactos os socioeconômicos que vão ocorrer nessa região e outras localidades.
697 São dados gerais do diagnóstico, a região é bastante úmida, e a evaporação mensal aí
698 acima de 900 milímetros, meio fio e susceptividade à erosão em função disso a SEMAS
699 nos notificou pedindo que a gente apresentasse uma caracterização da estabilidade, o
700 que a gente vai apresentar na licença de instalação, e o destaque também é, e que
701 inclusive foi pontuado na reunião técnica de apresentação para o COEMA, que é a
702 questão da formação geológica que a gente tem lá, com predominância de calcário e
703 isso poderia gerar uma possível instabilidade nos terrenos, em função da movimentação
704 de caminhões e a pedido da SEMAS também a Ambientare realizou um estudo de

705 geotecnia, não somente no terreno da Odebrecht mas também ao longo de todos os
706 terrenos ali no entorno e de outros empreendimentos, a qualidade da água, uma vez que
707 o empreendimento envolve esse transbordo de cargas, que é justamente essa
708 movimentação de cargas do meio do meio terrestre e que vai receber pelos caminhões
709 até o meio aquático para as barcaças, é importante a gente ter um *background* da
710 qualidade da água, e para isso a gente fez duas campanhas, obedecendo essa zonalidade,
711 conforme previsto no termo de referência da SEMAS e comparamos aí os diversos
712 parâmetros físicos, químicos, biológicos e microbiológicos com a legislação pertinente,
713 qual seja a norma 375 e também fizemos um estudo do índice de qualidade da água.
714 Que é o *prossiel deslike*, a gente vê que a qualidade da água no entorno do
715 empreendimento é boa, somente um ponto em que a qualidade da água foi média, em
716 relação ao meio biótico a gente fez coleta in campo, um inventário florestal, a gente vê
717 que a região apesar de ser bastante antropizada, visto pelo mapa de ocupação do solo,
718 ainda tem uma diversidade considerável. Então, aqui temos a área indireta do
719 empreendimento, e a gente pode observar que ao longo, desde a nossa área de influência
720 indireta, na localidade de Campo Verde, aqui em baixo, o empreendimento é o reflexo
721 do histórico que precede a ocupação da Amazônia, temos esses ramais vicinais, no
722 sentido da ocupação, se a gente pudesse pegar um mapa de declividade, a gente
723 perceberia que as áreas que têm maior diversidade e preservação são justamente aquelas
724 menos propícias para a ocupação humana, isso daí é um terreno da Odebrecht, aí é um
725 ponto da coleta de fauna, não somente na área do empreendimento como também do
726 entorno, e também para apresentar aí para os senhores como o terreno onde está previsto
727 a ocupação, já tem uma ocupação bastante antropizada, já é uma equação
728 multidegradada, a maioria dos remanescentes florestais já estão em estado inicial ou
729 intermediário de regeneração. Então aí a gente vê sinais de fauna apresentada, como é
730 de praxe a gente estuda todos os componentes da fauna, não somente de vertebrados,
731 mas também os invertebrados de interesse, como por exemplo os transmissores de
732 doenças, e no caso específico do estudo da Odebrecht, em função do tipo de carga,
733 também espécies de interesse agrícola, no caso do diagnóstico socioambiental, foram
734 estudadas as comunidades principais definidas na área de influência, então temos quase
735 140 mil indivíduos na nossa área de influência indireta, nos municípios de Itaituba e
736 Rurópolis, o município de Itaituba é bastante populoso em relação à Rurópolis, esses
737 dados aí são da época do estudo, e isso aí são as principais comunidades que a gente
738 tem no entorno, então tenho o distrito de Campo Verde, comunidade de São Raimundo
739 que fica no Km 30 e Santarenzinho e Livramento, que são duas comunidades de
740 ribeirinhos, alguns dados gerais com relação ao setor socioeconômico, o setor em
741 Itaituba ocupa quase um milhão e quinhentos mil hectares, com predomínio de pecuária;
742 Rurópolis, a maior parte da área é de lavoura temporária, a avaliação de impactos é feita
743 à partir da definição das ações geradoras e a classificação conforme os parâmetros
744 indicados, na resolução do CONAMA 01, esse é só um exemplo de como foi feito,
745 então tendo a identificação do impacto, quais são as medidas que são previstas, qual o
746 potencial de mitigação e em que fase o empreendimento será executado, um dos pontos
747 importantes da notificação foi uma avaliação solicitada da cumulatividade e sinergismo
748 desse licenciamento, com outros que estão previstos naquela região, assim como outros

749 empreendimentos que já estão em implantação, ou em alteração no distrito de
750 Miritituba, então para isso a gente pegou alguns fatores, algumas características de
751 implantação do empreendimento, que gerariam uma cumulatividade dos impactos, com
752 a ampliação dos efeitos dos impactos, e foi a supressão da vegetação, a contratação de
753 mão de obra, a implantação de vias portuárias, os canteiros de obras e a própria
754 operação das ETCs, nós construímos tabelas, com os dados integrados em resposta à
755 solicitação da SEMAS, então a SEMAS solicitou que a gente considerasse esses dados
756 com relação aos empreendimentos, da mesma etimologia prevista para a região, que é o
757 que foi apresentado. Com relação aos programas ambientais, se identificou vinte e seis
758 impactos positivos e negativos e acrescentamos mais dois impactos a pedido da
759 SEMAS, e para cada impacto desses existe um conjunto de medidas e programas
760 ambientais que eu quero até destacar na discussão que teve anteriormente. Pontos
761 importantes: a gente já tem previsto no nosso estudo de impacto ambiental, ações de
762 aquisição de insumos em Itaituba, Miritituba, Campo Verde e Rurópolis, a gente tem
763 programas de apoio a registros produtivos locais, que é justamente você visar capacitar
764 a população de entorno do empreendimento, que às vezes não tem interesse em ter
765 emprego na obra, mas sim de melhorar sua condição e talvez multiplicar a cadeia de
766 fornecedores de insumos. A conclusão do estudo é que o empreendimento é
767 ambientalmente viável, desde que sejam cumpridas todas as medidas mitigadoras e
768 compensatórias e implantados programas ambientais. Obrigado. **Conselheiro**
769 **Dr.ADNAM DEMACHKI** representante da SEDEME: (leitura do voto da câmara
770 técnica anexo à esta ata). **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Meio
771 Ambiente e Sustentabilidade: Da mesma forma como as propostas anteriores, nós
772 fizemos a proposta de alguns itens, não apenas para deixar mais claro mas também para
773 explicitar alguns, a primeira delas é Elaborar/atualizar Agenda de Desenvolvimento
774 Local em Rurópolis, convidando atores da gestão municipal, estadual, instituições
775 privadas e sociedade civil organizada dos municípios impactados, visando estabelecer
776 estratégias, ações e prioridades para atuação em parecerias. A versão ajustada aqui
777 proposta é elaborar agenda de desenvolvimento local em Rurópolis e Itaituba com a
778 participação de atores da gestão municipal, estadual, instituições privadas e sociedade
779 civil organizada, dos municípios impactados, visando estabelecer estratégias, ações e
780 prioridades para implementação desta agenda através de parcerias, com os acordos
781 formalmente firmados até o protocolo da Licença de Instalação. Que aí pode ter a
782 aquela mesma sistemática nós utilizamos aqui também, eu não sei qual o prazo da
783 licença, mas é na mesma direção do outro. Dois, executar Programa de Comunicação
784 Social em consonância com as ações e políticas públicas locais com vistas a ações
785 complementares e resultados compartilhados. O Programa de Comunicação Social já
786 está contemplado no EIA. P.24, Ainda ressalta-se que o escopo desse programa não
787 possui interface com ações e políticas públicas locais. Três, atuar o Programa de
788 Comunicação Social nas infra-estruturas retro portuárias e áreas de convivência dos
789 motoristas para minimizar impactos sociais de prostituição infantil, violência e uso de
790 drogas. O Programa de Comunicação Social já está contemplado no EIA. Observa-se
791 que as ações e abrangem os temas indicados e dar-se-ão em todo o empreendimento e
792 nas áreas de apoio, como os pátios reguladores. Quatro, executar permanentemente

793 Programa de Educação Ambiental envolvendo as instituições de ensino contidas no
794 município de Rurópolis com temas interdisciplinares relevantes ao desenvolvimento
795 humano local. (Na instalação e operação do empreendimento), esta condicionante está
796 contemplada no Programa de Educação Ambiental previsto no EIA e a sua execução
797 envolverá os municípios de Rurópolis e Itaituba, devendo ser implementada
798 instalação e operação do empreendimento. Então mencionando aqui, Itaituba, lá em
799 Santarenzinho que é município de Rurópolis, o impacto dele também é em Itaituba, mas
800 fica mais perto de Itaituba do que de Rurópolis. Colaborar na elaboração/atualização
801 dos Planos de Gestão de Resíduos do município de Rurópolis para garantir a melhor
802 solução sustentável para resíduos sólidos e orgânicos de acordo com o Plano Nacional
803 de Resíduos Sólidos. Aqui a gente substitui a palavra colaboração pela palavra
804 viabilização, então fica assim: viabilizar a elaboração/atualização do Plano de Gestão de
805 Resíduos dos municípios de Rurópolis e Itaituba, que deverá ser desenvolvido em
806 conjunto com as prefeituras e outros atores da sociedade que possam garantir a melhor
807 solução sustentável para a gestão dos resíduos sólidos domésticos, em consonância com
808 o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Seis, realizar compras de serviços e insumos em
809 empresas locais na fase de Instalação e Operação para aumento da arrecadação de
810 impostos e incrementos econômicos. Esta condicionante está contemplada no Programa
811 de Ações de Aquisição de Insumos em Itaituba, Distrito de Marituba, povoado Campo
812 Verde e Rurópolis. Envolve todas essas áreas, e está lá na P.52. Programas de
813 capacitação/qualificação profissional com vistas a contratação local e formação
814 profissionalizante para estímulo ao empreendedorismo e alternativas econômicas com
815 criação de um sistema de banco de dados para subsídio ao SINE e SEASTER para
816 realocamento de profissionais, programa primeiro emprego, empreendedorismo e
817 sistema de estágio. Aqui altera uma palavra, fica assim: Incluir no Programa de Seleção
818 e Capacitação, ações que visem à criação de um sistema e/ou banco de dados para
819 subsídio ao SINE e SEASTER. Para realocamento de profissionais, programa primeiro
820 emprego, empreendedorismo e sistema de estágio. O programa de mitigação dos
821 impactos sobre a comunidade pesqueira com diálogos abertos com vistas a identificar
822 soluções sustentáveis para atuação do empreendimento em garantir a readequação da
823 atividade econômica das comunidades de pescadores diante aos impactos provocados
824 pelo empreendimento. Esta condicionante está contemplada no Programa solicitado na
825 condicionante 24, desenvolver iniciativas para qualificação de fornecedores locais. Esta
826 condicionante está contemplada no Programa de Ações e aquisições de insumos que
827 está previsto no EIA, P.52. Dez, apresentar trimestralmente a prefeitura de Rurópolis os
828 relatórios de monitoramento ambiental da fase de Instalação e Operação, não há
829 monitoramento ambiental na Fase de Licença Prévia, portanto a condicionante não pode
830 ser cumprida nessa etapa. A mesma fará parte das licenças de instalação e
831 operação. Firmar um termo de compromisso, no prazo de 30 dias, no âmbito da parceria
832 do Governo do Estado do Pará e a ONU HABITAT, no projeto de Desenvolvimento
833 Harmônico e Sustentável do Pará, que visa o desenvolvimento social responsável para a
834 Região de Integração do Tapajós apoiando a execução de estudos e projetos voltados
835 para o levantamento de diagnósticos e prognósticos socioambientais. Aqui vem,
836 contribuir com o Projeto de Desenvolvimento Harmônico e Sustentável do Pará, no

837 âmbito da parceria do Governo do Estado do Pará e ONU Habitat, que visa o
838 desenvolvimento social responsável para a Região de Integração do Tapajós, apoiando a
839 execução de estudos e projetos voltados para o levantamento de diagnósticos e
840 prognósticos socioambientais, que deverá ser formalizado através de Termo de
841 Compromisso a ser formalizado no prazo de 30 (trinta) dias. (seria à partir da
842 publicação da LP- licença prévia). Doze, implementar os Programas abaixo
843 relacionados: Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Controle
844 de Efluentes, Programa de Controle de gerenciamento de emissões atmosféricas,
845 Programa de monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea, sedimentos
846 límbicos e efluentes líquidos; Programa de Controle de Ruídos; Programa de Saúde e
847 Segurança do Trabalho. Os programas listados não serão implementados na fase de
848 licença prévia, portanto a condicionante não pode ser cumprida nessa etapa. Além do
849 que, já está previsto no EIA a implementação dos mesmos nas fases de LI e LO. Treze:
850 a condicionante de verticalização, essa condicionante permaneceu da maneira como foi
851 colocada, e muito bem defendida aí pelo voto do conselheiro Adinam, e agora eu coloco
852 aos senhores conselheiros, inclusive na câmara técnica, para ver se o que foi colocado
853 nessas (...) porque houve o que realmente não fora colocado no estudo e essas
854 condicionantes não foram mexidas, então segundo a câmara técnica fora aqueles ajustes
855 e alguns itens que não estavam contemplados na câmara técnica permanecem. Assim
856 como em Rurópolis necessitou Santarenzinho. Então coloco aos senhores conselheiros,
857 que acompanhem alguns técnicos para que eles possam apoiá-los na câmara técnica,
858 para subsidiar os conselheiros, isso aqui ocorreu porque há um EIA/RIMA lá de não sei
859 quantas páginas, para ver isso realmente é uma dificuldade muito grande. Mas senhores
860 conselheiros o relatório da câmara técnica, salvo aquelas que fizemos alguns ajustes,
861 permanecem do jeito que foi colocado, mas a condicionante última, quanto à
862 verticalização já vai fazer parte em relação ao próprio conselho, está em discussão. A
863 empresa recebeu o voto do secretário Adinam? Os técnicos aqui colocaram que
864 primeiramente foi colocado que elaborar uma agenda de desenvolvimento local, só
865 acrescentar a palavra Atualizar, porque em Itaituba já tem. Tudo bem assim senhores
866 conselheiros? Então vamos à votação? Com essas alterações que nós
867 formulamos. **Conselheiro Dr. GLAUCI TORRES**, representante dos funcionários da
868 SEMAS: Fala sobre a remuneração do servidor e a importância disso para gestão
869 ambiental. **Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**, representante da FAEPA: O
870 secretário falou que quando o governador conversasse com a empresa, falou de um
871 percentual a ser verticalizado não é? Mas a conclusão do voto como condicionante o
872 senhor falou apenas que deve iniciar em 12 (doze) meses e a verticalização em trinta,
873 que tenha como objeto a verticalização e a produção de grãos, acho interessante colocar
874 um percentual, porque se não toda a produção vai ser verticalizada? **Conselheiro**
875 **Dr. ADNAM DEMACHKI** representante da SEDEME: Primeiro vamos fazer uma
876 reflexão sobre o nosso Estado, o Pará já é um Estado bastante rico, temos
877 minérios, florestas, solo apropriado, temos uma grande produção de cacau, temos uma
878 produção agrícola, temos 25 milhões de cabeça de gado, ou seja, é um estado muitas
879 riquezas naturais e minerais, o estado hoje que detém metade da renda per capita do
880 brasileiro, a nossa política pública de desenvolvimento está errada, o modelo está

881 ultrapassado, a culpa não é só do governo do Pará, mas sim do nosso modelo histórico
882 que não trouxe o desenvolvimento que nós esperávamos, de ser extrativista e produtor
883 de matéria-prima, a gente exporta minério de ferro, e lá na frente compra o aço e agrega
884 valor aqui ao aço, a gente exporta madeira, vai lá para Minas Gerais e Paraná, e depois a
885 gente importa esses móveis. Os programas que o Pará lançou o Pará 2030 e ONU
886 habitat são para a gente mudar esse modelo de desenvolvimento que a gente tem do
887 último século, tentar fazer com que o Pará seja agregador de matéria prima, que a gente
888 industrialize nossas matérias primas, quando você fala que os servidores e os técnicos
889 merecem, realmente eles merecem, mas nós precisamos mudar esse paradigma para que
890 nós tenhamos indústrias no estado, para que tenhamos mais renda e receita, para que
891 todos tenham realmente a remuneração que merecem, em 1940 o Pará tinha a oitava
892 renda per capita nacional, hoje tem a vigésima segunda não é? O Pará exportou borracha
893 in natura, exportou castanha in natura, exportou a madeira quase toda, agora a gente tem
894 que entender que a gente tem que mudar essa política, essa forma de desenvolvimento, e
895 aí a gente não pode ser apenas corredor de exportação também, então nós não podemos
896 estabelecer um percentual, não podemos inviabilizar o empreendimento, a gente tem
897 que ter a consciência e buscar um parceiro que pode ser uma Trade, ou um parceiro que
898 atue na área de agregação de valores e façam uma proposta para o COEMA, o que é
899 viável, o empreendimento é que toda soja que se vai trazer ganha pelo crédito
900 rodoviário, e ganha também pelo frete marítimo, então parte desse lucro que vai se
901 auferir, que deixe no Estado na forma de agregação de valor, nós não podemos também
902 (inadivél), então nós estamos falando em parte da soja, nós não estamos estabelecendo
903 um percentual, e nós estamos falando de todas, a Odebrecht deve se juntar com a outra,
904 as duas se juntam e mais na frente se juntam e trazem um TRF, trazem uma JBS para
905 que se possa agregar valor ao farelo, transformar o farelo em ração, a ração em frango,
906 suíno, e é bom que se diga que o governo do Estado está disposto a criar todo um
907 regime fiscal necessário para viabilizar o empreendimento, não queremos colocar
908 dificuldades, pelo contrário, são muito bem vindos ao Estado, agora eles precisam
909 perceber que se não tiverem segurança jurídica para investir nessa região, se lá a
910 população não esteja bem atendida com emprego e com renda, eles terão dificuldade de
911 ficar no empreendimento, eu digo isso porque fui prefeito oito anos, fui prefeito de uma
912 cidade que recebeu um grande projeto de mineração, a maior de todas as compensações
913 é o emprego, o postinho de saúde, uma escola, ajudam, mas renda na região, com renda
914 gera receita, e com a receita você tem recurso para a escola, para o posto de saúde. E se
915 vocês observarem o município do Mato Grosso que tem o maior PIB, e maior IDH, são
916 aqueles que agregam valor à soja, vocês conhecem Lucas do Rio Preto? É um município
917 com o maior IDH do Mato Grosso, e tem lá uma série de indústrias que agregam valor à
918 soja e por isso gera emprego, gera receita, atrai, fornece bons empregos, é a
919 oportunidade que a gente busca para o Estado. Exportem sim, mas deixem um pouco de
920 lucro para o Estado que gere desenvolvimento. Conselheira **Dra.PATRÍCIA ROCHA**,
921 representante da OAB: Minha fala é mais direcionada a um ponto que nós havíamos
922 discutido na última reunião, que é a questão do porto ser multimodal, e deixar uma área
923 técnica reservada, que é uma área para produção local, e eu não vi informação sobre
924 isso hoje, o que me deixou um pouco preocupada, que era algo que havíamos discutido

925 que seria condicionante, que faria parte disso, ele tem que ser multimodal, ele não pode
926 apenas ser só nesse formato. **DANIELLA CYSNEIROS**, representante do grupo
927 Odebrecht: O porto é multimodal, o que ocorre é que essas apresentações foram
928 elaboradas à época do EIA/RIMA, da apresentação dele, então não são atualizadas. O
929 nosso porto é o único porto que recebe reserva e exporta, e a gente não tem interesse
930 nenhum em fechar um tipo de produto, se simetrizar, se a equação ficar em pé e tiver
931 demanda, o porto pode exportar qualquer produto, não é um porto exclusivo para soja,
932 ou para contêineres, ou para produtos agrícolas de forma alguma, posso lhe garantir.
933 Você tem toda razão, precisamos atualizar essa informação, e eu inclusive deveria ter
934 falado, peço desculpas. **Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**, representante da
935 FAEPA: Eu penso que a licença prévia é para construção para uma estação de
936 transbordo de carga, inclusive a gente vai para essa condicionante, e eu concordo em
937 tudo, concordo que o Estado do Pará não é um corredor, já temos falado sobre isso ha
938 muito anos, o Estado do Pará definitivamente não é, mas conceder uma licença com
939 condicionantes que a gente sabe que não vão ser cumpridas, eu olho assim para o
940 período, 180 dias para apresentar o projeto, doze meses para iniciar a alteração, trinta
941 dias para (...) sabe? É assim, eu não sei se não seria viável, digamos agora não ser
942 concedida, para que a empresa então venha a refletir porque eu acho que a gente vai
943 conceder uma licença e que a gente já esta inviabilizando o projeto e até desviando, eu
944 não sei se eu estou me fazendo entender, porque assim, eu vou autorizar uma licença, de
945 implantação de um projeto de estação de transbordo, mas eu estou exigindo que em 180
946 dias e um ano, a indústria, meio que eu desvio o objetivo da minha concessão e ao
947 mesmo tempo é como se eu tivesse dizendo assim: eu vou conceder uma coisa que eles
948 não vão conseguir fazer. É meio contraditório, se a gente disser que através dessa
949 empresa a gente quer o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo a gente não
950 propicia condições para a empresa ter esse desenvolvimento, então talvez por isso eu
951 fale em percentual ou em um prazo exequível, justo, porque eu acho que está meio
952 contraditório hoje votar a concessão desta licença. **Conselheiro Dr. ADNAM**
953 **DEMACHKI** representante da SEDEME: Com todo respeito a sua colocação, mas eu
954 não entendo como contraditório primeiro porque aquela região tem mais de 90 % de
955 floresta, pouquinha área para agropecuária, então praticamente um porto que você não
956 vai exportar nada por ele, fertilizante é muito pouco para aquela região, que vai pela
957 logística reversa, eles vão mandando de caminhão para o Mato Grosso, segundo, um
958 projeto tem impacto social, ambiental e socioeconômico, então a equipe técnica
959 direcionou a mitigação dos impactos ambientais, o impacto socioeconômico é forte, e é
960 muito importante para o bicho homem, e não existe outra forma de você mitigar se não
961 for através de empregos, então os empregos nas estações não resolvem a situação
962 daquela região, então se você tem um projeto em que o ônus é maior que o bônus então
963 não vale a pena o projeto, e a gente tem que ter clareza na discussão disso, se nós temos
964 um projeto que para o Estado é mais ônus do que bônus, então esse projeto não tem
965 importância para o estado, mas não estamos dizendo isso, o que estamos dizendo é que
966 efetivamente a empresa é muito bem vinda ao estado, e o estado quer contribuir para
967 que ela se implante agora, o que ela precisa entender, é que aquela população daquela
968 região, então na verdade o que estamos fazendo é investir na condicionante de

969 agregação de valor, **Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**, representante da
970 FAEPA: O que eu estou questionando é a condicionante inexecutável, se for o caso, que
971 se tire de pauta e a empresa retorne com uma condicionante, para que não seja inválida
972 essa votação dessa licença, a minha preocupação é essa, unicamente. Eu não sou
973 contrária à implantação, sobretudo até pelas informações trazidas, não é porque a
974 empresa já está numa situação ruim que eu vou deixar pior, mas eu também não acho
975 justo que o estado do Pará não ganhe, mas não dessa forma, temos que ver isso
976 aí. **Conselheiro Dr. ADNAM DEMACHKI** representante da SEDEME: A empresa tem
977 ciência querida, o governador esteve em São Paulo com todos os CEOs das empresas
978 que postulam licença para terminais do Estado do Pará, e ele anunciou publicamente
979 para todas as empresas que gostaria que elas entendessem que a condicionante maior era
980 a verticalização. **Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUSA**, representante da FAEPA:
981 pois é secretário, então se o conselho entender que isso não traz benefício ao Estado
982 então a gente vota contra. Entendeu? **Dr. LUIS FERNANDES**, secretário de Estado de
983 Desenvolvimento e sustentabilidade: Depois o Conselheiro Leal, representante da
984 ONG/AMOT. **Conselheiro Dr. ELIEL. P. FAUSTINO**: É muito importante a
985 discussão da verticalização até porque tem sido um tema que está muito presente na
986 nossa discussão, há vários debates a respeito disso em função justamente das perdas
987 comparadas soft e em função da posição dele a nível nacional em relação a energia
988 elétrica, em relação ao minério e hoje tem essa discussão a respeito da questão dos
989 grãos, e do transporte dos grãos e aqui foi muito bem colocado pelo secretário Adnan
990 questões do estado em relação a verticalização da produção, fiquei até surpreso com a
991 Daniela, a representante da empresa que disse que vai poder transportar qualquer
992 produto, naturalmente quando se tem um porto pode se transportar qualquer produto
993 mas não vai se fazer um cálculo econômico e de investimento se não tiver um produto
994 certo para ser transportado não vai se criar uma ETC, pois montar uma ETC numa
995 região que pode transportar qualquer produto, acho que tem produto que vai ser a base
996 da ETC acho que não teria sentido você montar um negócio sem que você saiba em que
997 realmente vai ter utilidade, então neste caso eu acredito que a empresa deve ter estudo
998 que o maior transporte deve ser o dos grãos não é isso? Então já que o maior transporte
999 vai ser dos grãos 80, 90 ou 100% deve ser uns 100% secretário Adnan mais a grande
1000 parte do transporte vai ser justamente esse eu acredito que essa questão dos prazos, que
1001 estão colocadas aqui de 12 vezes ou 30 meses não sei se houve um estudo em relação a
1002 esse período de adaptação até porque a própria empresa ainda está atrás de parceiros
1003 para que se façam investimentos nela dessa ETC, mas vejo também que o estado está
1004 na situação que ele não pode estar continuamente abrindo mão dessas prerrogativas aqui
1005 no estado e tem outra ocupação do setor produtivo mas em função dessas questões de
1006 nós sermos várias vezes condescendentes é que nós temos hoje um estado que você
1007 continua a ver exportação de matéria prima dentro do Pará, exportando e dando prejuízo
1008 na pesca, exportando madeira e que por aí a gente continua anos e mais anos e o estado
1009 continua perdendo então vejo que como não foi fixado um percentual e tem que ser
1010 verticalizado naturalmente que se abriu um precedente que a empresa possa ter a
1011 oportunidade de demonstrar até quanto esses produtores vão ter de interesse, porque é
1012 importante que se fale que esses produtores, naturalmente no momento em que

1013 estiverem com um transporte e uma logística mais barata, vão aumentar só outra
1014 atividade, então não custa nada você investir parte dessa outra atividade dentro do
1015 estado do Pará, que é melhor do que ninguém ao fornecedor da matéria prima, para que
1016 eles sejam parceiros preferencial dessa ETC'S então acredito que a partir desse
1017 principio, secretario nós temos muito mais facilidade, muito mais condições no
1018 momento em que se faz isso também até de ter a certeza de que o produtor de soja no
1019 norte do mato grosso que fez com que ali pudesse desenvolver Joanina, Boca do Olho
1020 Verde Cinop e que todos aqueles municípios se desenvolvesse naturalmente vão
1021 utilizar as nossas rodovias que vai precisar de manutenção, vai ter uma outra questão
1022 social envolvida, tem uma questão de infra-estrutura para ser utilizada vai ter uma
1023 questão do sistema de saúde, o sistema educacional que precisa naturalmente que a
1024 região ali seja em uma contrapartida não vai encontrar uma em verdade uma
1025 contrapartida se nós não fizermos o processoda verticalização que seja de 10% do que
1026 for transportado, seja de 15%, seja de 20%... Mas eu acredito que seja o momento pra
1027 discussão de poder fazer isso naturalmente não vai ser aqui que se ta colocando uma
1028 saia justa, uma camisa de força, visto que ainda há varias fases da implantação do
1029 empreendimento definitivo. Então há a oportunidade no momento em que se ta
1030 procurando um parceiro para captar recurso, para ser parceiro na ETC, que seja parceiro
1031 também dentro da produção que está sendo proposta. Então minha posição é essa!
1032 Obrigado. **Conselheiro Dr. JOSÉ LEAL**, representante da ONG/AMOT: Eu gostaria de
1033 me posicionar, eu entendo a preocupação senhor conselheiro, quando ela alegou a
1034 questão dos termos dos prazos estabelecidos o outro conselheiro Adnan apresentam um
1035 novo paradigma para o Estado, o desejo e a convicção de que o estado precisa sair da
1036 condição que está diante, acho que isso deveria ter acontecido há mais tempo nós
1037 acabamos de aprovar um projeto que basicamente a gente não discutiu essa questão, eu
1038 vi na discussão que nós abordamos muito pouco essa questão, e hoje nós somos um dos
1039 maiores exportadores em estado primário eu me atrevo a falar isso porque sou geólogo
1040 de formação então eu vejo que nós precisamos retomar essa discussão com uma ênfase
1041 parecida nos dois, eu concordo que nós precisamos mudar esse paradigma, eu louvo que
1042 o senhor conselheiro Adnan está preocupado com a região do Tapajós em que
1043 praticamente viveu esquecida esses anos, não é porque eu sou cidadão da região que
1044 gostaria muito de pode discutir melhor aquela questão, eu sei que o estado está
1045 buscando, que a ONU HABIT está buscando uma serie de alternativas para estabelecer
1046 um novo projeto, um pouco atrasado é verdade mais ainda dá tempo de recuperar
1047 alguma coisa, eu vejo o seguinte, no projeto passado eu lhe pedi para ouvir a empresa
1048 antes de nós votarmos o projeto. Porque ela tomou conhecimento agora do voto da
1049 câmara técnica, é isso? Então eu gostaria de ouvir uma manifestação da empresa, o que
1050 a gente está propondo, eu sou um lutador disso ok? Mas nós estamos propondo uma
1051 alteração bem significativa no projeto obviamente que não contemplava em nenhum
1052 momento uma indústria de transformação, então nós precisamos ouvir porque a gente ao
1053 acordar tem que ser feito, depois não pode apresentar uma desculpa que não pode fazer
1054 então nós precisamos ter esse cuidado porque nós vamos fazer uma votação, nós vamos
1055 aprovar uma questão seriíssima que eu gostaria e quero que aconteça, tenho esperança
1056 nisso acho que o Estado só pode sair. Agora o que eu vejo, fiz uma pergunta também

1057 senhor secretaria no primeiro projeto se nós temos respaldo para fazer isso, se não
1058 temos aqui o conselheiro Eliel que é da assembléia já podíamos começar a trabalhar
1059 nesse respaldo inclusive. **Dr.LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de
1060 Desenvolvimento e Sustentabilidade: Depois eu passo para a senhora (referindo-se a
1061 representante da Empresa) deixa a gente ouvir logo a conselheira, Patrícia. Conselheira
1062 **Dra. PATRÍCIA, representante OAB/PA:** Eu pedi a palavra só pra formular o
1063 argumento dele, do conselheiro Adnan. Se é pra mudar a forma política do Estado então
1064 ele tem justificativa repito porque no multimodal ele tem que ter equipamento projetado
1065 para trabalhar como multimodal, acabamos de ter o problema no Porto de Vila do
1066 Conde porque os programas ambientais não previam que houvesse embarque de carga
1067 mínima, o equipamento não era adaptado e está ai o problema até hoje com dificuldade
1068 e sem solução, então o que ele está propondo aqui é pertinente quando você pensa na
1069 mudança na forma de tratar o empreendimento, eu fui questionada pelo conselheiro
1070 Gláucio porque que não discutimos isso com a outra empresa ? Porque a outra empresa
1071 era um projeto de uma implantação inferior ao que a gente está vendo. Então a minha
1072 manifestação é nesse sentido se nós vamos mudar a forma de política do estado, o
1073 tratamento pro licenciamento, isso eu não permito. **Conselheiro Dr.ADNAN**
1074 **DEMACKI**, representante da SEDEME: Conselheira a excelência tem absoluta razão
1075 em relação à questão do porto multimodal, está correto seu posicionamento, me refiro
1076 que tanto a soja quanto o fertilizante que vai ser manuseado,que vão ser utilizados pelo
1077 porto, são de outro Estado, não são do Pará, e não serão do Pará, foi a isso que me
1078 referi. Em relação ao projeto anterior ao porto multimodal foi assegurado nas
1079 condicionantes **Dr. LUIS FERNANDES**, secretário de Estado de Desenvolvimento e
1080 Sustentabilidade: Faltou conectivo na Condicionante 15 (Apresentar à Secretaria de
1081 Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), estudo de
1082 viabilidade de verticalização do Níquel no Estado do Pará).**ConselheiroDr. ADNAN**
1083 **DEMACKI**, representante da SEDEME: Porque é um pouco diferente da proposta
1084 desta que aqui está, nós não podemos ser irresponsáveis de tentar colocar uma espada
1085 no pescoço no peito de uma empresa, uma empresa só de níquel talvez não justifique a
1086 implantação, diferentemente de outros minérios. O aço, a gente está fechando
1087 finalmente para verticalizar, a outra empresa já se reuniu com a Vale. Segundo tem duas
1088 empresas de ouro de viabilidade técnica e a semas e eu repito isso se por ventura ou por
1089 viabilidade técnica se a semas emitir licença favorável, já ta fechado, para tratar com a
1090 refinaria de ouro, porque na refinaria você precisa de pouca produção de ouro nem tanto
1091 quanto o níquel que a Horizonte vai atrás, se por ventura não der certo em Belo Santo,
1092 já contatamos com outra empresa chamada... (inaudível) que comprou os direitos finais
1093 da Araguaia e Novo Progresso, está se viabilizando com a empresa a refinaria de ouro,
1094 quando você tem a refinaria de ouro em que pode se entrar ali com joalherias
1095 industriais aqui pro estado geração de emprego. No que se refere a soja aos terminais
1096 portuários conselheira e eu repito o que...(inaudível) Nós conversamos, eu conversei
1097 pessoalmente com todos, o governador conversou com muitos aqui no governo, no
1098 palácio e foi a São Paulo conversar com as empresas lá situadas. Talvez a gente ainda
1099 melhore no futuro, o estado tem que se auto-afirmar, nós (sociedade) temos que nos
1100 auto-afirmar, que se por ventura não for possível na base do entendimento, na base da

1101 conversa, e uma condicionante socioeconômica não tem como ela agir sozinha, e aí uma
1102 dúzia de outras empresas se junta, e apresenta ao COEMA uma proposta. Nós temos
1103 que entender o seguinte se não tomarmos essa decisão agora pelo licenciamento,
1104 perderemos a oportunidade. O cavalo celado lá do interior quando passa assim na frente
1105 da gente se você não montar você perde a montaria, e não monta mais.**ConselheiraDra.**
1106 **ROSA KEILA SOUZA**, representante da FAEPA: A questão é, nós como conselheiros
1107 podemos concluir condicionantes? Porque até então era da equipe jurídica. Estou na
1108 dúvida. **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de Desenvolvimento e
1109 Sustentabilidade: Se está no conselho está concluído.**ConselheiraDra. ROSA KEILA**
1110 **SOUZA**, representante da FAEPA: E depois vejo uma grande diferença entre a
1111 condicionante passada e a atual, não quero entrar nesse mérito, eu não sou
1112 contra.**ConselheiroDr. ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME: Como assim
1113 a condicionante passada? Não entendi!**Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUZA**,
1114 representante da FAEPA: como ficou a condicionante no passado?**ConselheiroDr.**
1115 **ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME: mas eu já expliquei, é que a senhora
1116 não estava. Pra você colocar uma indústria de níquel você precisa ter varias empresas
1117 fornecendo o níquel para aquela industria, trinta milhões na área de soja, você coloca
1118 trinta esmagadoras, a cada um milhão você mobiliza uma industria, então aqui tem soja
1119 em excesso e níquel reduzido, não tem quantidade para ter uma indústria é isso que é o
1120 estudo, já o ouro como mencionei ainda pouco, você tem condições do montar refinaria
1121 com pouca produção. **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de
1122 Desenvolvimento e Sustentabilidade: Senhores conselheiros vamos passar para a
1123 representante, a gente que está acostumada com esses grandes projetos no estado,
1124 durante esses anos todos trouxeram mais problemas que solução para o estado, mas eu
1125 participei das audiências publicas em que nós temos equipes nesse momento em
1126 Itaituba, e a gente vê a quantidade de veículos e caminhões em que só da empresa são
1127 mil e pouco durante todo dia, ai imagine as outras que estão lá. Agora o que agente
1128 também tem que ter cuidado aqui é de não ter uma condicionante que a gente também
1129 não possa exigir seu cumprimento, ai eu concordo com a conselheira. Porque se não a
1130 gente coloca uma condicionante é isso que eu tenho tido cuidado, eu já disse, prometeu
1131 tem que fazer, tem que cumprir então a gente tem cobrado isso. Estamos exportando
1132 equipamentos de monitoramento mais sofisticados, porque aqui na hora que quer
1133 aprovar projeto chega e concorda com tudo, mas depois pela própria fragilidade da
1134 fiscalização não cumpriram isso, e quando você vai renovar uma licença constata que
1135 isso não está certo, eu acho muito pertinente o que foi colocado aqui até porque o estado
1136 tem sido muito procurado,mas só de passagem, não é só commodities, e o Estado acaba
1137 ficando sem nada. E se não bastasse tem o problema da energia que o secretario
1138 ADNAN DEMACKI também falou, e ai como diziam lá no interior da minha terra diz
1139 que "ali tragédia ...". Então além de não ficar com nada, ainda fica com todas as mazelas
1140 no caso da energia, por exemplo, a compensação ambiental ele mandou do Mato
1141 Grosso, o mesmo que está mandando a soja pra cá, com 120 milhões de compensação
1142 ambientalmandaram 90 para o Mato Grosso em que aqui no Estado onde houve o
1143 impacto todo nós ficamos com...(inaudível) suspendeu esse repasse e está sendo
1144 discutido, mas o que eu queria falar com vocês são os prazos para que a gente veja o

1145 prazo que realmente se a gente colocar 180 dias para apresentar o projeto, acho até
1146 razoável mas para iniciar e 12 meses é praticamente(...) difícil. **Conselheiro Dr.**
1147 **ADNANDEMACKI**, representante da SEDEME: quanto tempo se concede a L.I
1148 Presidente? **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de desenvolvimento e
1149 sustentabilidade: A licença previa de empresa está prevista para 4 anos, claro que ela
1150 pode entrar com a L.I, mas está prevista para 4 anos para que a gente trabalhe mais ou
1151 menos a proposta como trabalhamos antes, pelo menos essa fase de licença de apresentar
1152 o projeto. **Conselheiro Dr. ADNAN DEMACKI**, representante da ONG/AMOT: A L.I
1153 é de 4 anos ou é a L.O? **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de
1154 desenvolvimento e sustentabilidade: não, a L.P tem até 4 anos para entrar com a L.I.
1155 Então qual é o prazo razoável, se deixar também a L.P vai embora não é? E não entra
1156 com a L.I então da mesma maneira que fizemos anteriormente vou falar o mínimo, o
1157 máximo vai ser lá com a L.O, mas tem que entrar com prazo anterior principalmente
1158 com a apresentação do projeto, se não, corre o risco dele ter que construir lá a indústria
1159 antes de receber a L.I e a L.O, entendeu? Acho que aqui todos concordaram com a
1160 verticalização e não pode ser diferente porque nós temos que fazer também com as
1161 outras que estão lá, a renovação da licença tem que passar. Olha como estamos com
1162 Barcarena, (19:57) causa imediata onde eu acredito que mais de trinta anos vai se
1163 resolver, é por isso que a parceria da ONU habitat(20;08) agora o que nós podemos
1164 trabalhar aqui é nesse prazo, porque aqui por exemplo, nós não temos como iniciar em
1165 12 meses a construção porque nesse período é provável que não saia ainda nem a L.I da
1166 empresa não é? Então, nós precisamos de um prazo razoável. Com todas essas cabeças
1167 experientes aí. **Dr. ELIEL FAUSTINO**, representante da ALEPA: Esse prazo é de 2
1168 anos e meio não é? **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de meio ambiente e
1169 sustentabilidade: Então eu acho que até razoável os prazos de 180 dias para apresentar
1170 licença, você tem uma previsão mais ou menos Edna(equipe técnica da L.I), porque eu
1171 não sei se a empresa vai entrar com L.I logo também. Acho que o interesse é que agente
1172 realize o que está aqui. **Dra. DANIELLA CYSNEIROS**, representante do grupo
1173 Odebrecht: Uma sugestão inicial, com a concessão dos conselheiros, é seguir o rito da
1174 outra empresa, quanto à situação da L.I, nós teríamos que apresentar o projeto, inclusive
1175 com o cronograma de implantação, a gente tem que imaginar o seguinte, sem a L.P a
1176 gente não vai conseguir sócio, agente não vai conseguir financiamento, então eu
1177 concordo com a conselheira em colocar um prazo. Com isso o meio ambiente não
1178 ganha, a sociedade não ganha. A sugestão é de que quando a solicitação da L.I a
1179 interessada no caso a “ODB” que poderia ser congregada as outras empresas que
1180 constituem a “TAF” igual ao que o secretário falou. **Dr. LUIZ FERNANDES**,
1181 secretário de meio ambiente e sustentabilidade: Depois o conselheiro
1182 **Leal. Conselheiro Dr. ELIEL P. FAUSTINO**: É muito importante a discussão da
1183 verticalização até porque tem sido um tema que está muito presente na nossa discussão,
1184 há vários debates a respeito disso em função justamente das perdas comparadas soft e
1185 em função da posição dele a nível nacional, em relação a energia elétrica, em relação ao
1186 minério e hoje tem essa discussão a respeito da questão dos grãos, e do transporte dos
1187 grãos e aqui foi muito bem colocado pelo secretário Adnan questões do estado em
1188 relação a verticalização da produção, fiquei até surpreso com a Daniela, a representante

1189 da empresa que disse que vai poder transportar qualquer produto, naturalmente quando
1190 se tem um porto pode se transportar qualquer produto mas não vai se fazer um calculo
1191 econômico e de investimento se não tiver um produto certo para ser transportado não
1192 vai se criar uma ETC, pois montar uma ETC numa região que pode transportar qualquer
1193 produto, acho que tem produto que vai ser a base da ETC acho que não teria sentido
1194 você montar um negocio sem que você saiba em que realmente vai ter utilidade, então
1195 neste caso eu acredito que a empresa deve ter estudo que o maior transporte deve ser o
1196 dos grãos não é isso? Então já que o maior transporte vai ser dos grãos 80, 90 ou 100%
1197 deve ser uns 100% secretario Adnan mais a grande parte do transporte vai ser
1198 justamente esse eu acredito que essa questão dos prazos que estão colocadas aqui de 12
1199 vezes ou 30 meses não sei se houve um estudo em relação a esse período de adaptação
1200 até porque a própria empresa ainda está atrás de parceiros para que se façam
1201 investimentos nela dessa ETC , mas vejo também que o estado está na situação que ele
1202 não pode estar continuamente abrindo mão dessas prerrogativas aqui no estado e tem
1203 outra ocupação do setor produtivo mas em função dessas questões de nós sermos varias
1204 vezes condescendentes é que nós temos hoje um estado que você continua a ver
1205 exportação de matéria prima dentro do Pará, exportando e dando prejuízo na pesca,
1206 exportando madeira e que por ai a gente continua anos e mais anos e o estado continua
1207 perdendo então vejo que como não foi fixado um percentual e tem que ser verticalizado
1208 naturalmente que se abriu um precedente que a empresa possa ter a oportunidade de
1209 demonstrar até quanto esses produtores vão ter de interesse , porque o que importante
1210 colocar esses produtores naturalmente no momento em que estiverem com um
1211 transporte e uma logística mais barata vão aumentar só outra atividade, então não custa
1212 nada você investir parte dessa outra atividade dentro do estado do Pará que é melhor do
1213 que ninguém ao fornecedor da matéria prima, para que eles sejam parceiros preferencial
1214 dessa ETC'S então acredito que a partir desse principio, secretario nós temos muito
1215 mais facilidade, muito mais condições no momento em que se faz isso também até de
1216 ter a certeza de que o produtor de soja no norte do mato grosso que fez com que ali
1217 pudesse desenvolver Joanina, Boca do Olho verde e Cinop e que todos aqueles
1218 municípios se desenvolvesse naturalmente vão utilizar as nossas rodovias que vai
1219 precisar de manutenção, vai ter uma outra questão social envolvida, tem uma questão de
1220 infra-estrutura para ser utilizada vai ter uma questão do sistema de saúde , o sistema
1221 educacional que precisa naturalmente que a região ali seja em uma contrapartida não
1222 vamos encontrar uma em verdade uma contrapartida se nós não fizermos o processo da
1223 verticalização que seja de 10% do que for transportado, seja de 15%, seja de 20%... mas
1224 eu acredito que seja o momento pra discussão de poder fazer isso naturalmente não vai
1225 ser aqui que se ta colocando uma saia justa uma camisa de força visto que ainda há
1226 varias fases da implantação do empreendimento definitivo. Então há a oportunidade no
1227 momento em que se ta procurando um parceiro para captar recurso, para ser parceiro na
1228 ETC, que seja parceiro também dentro da produção que está sendo proposta. Então
1229 minha posição é essa! Obrigado. **Conselheiro Dr. JOSÉLEAL:** Representante da
1230 ONG/AMOT: Eu gostaria de me posicionar, eu entendo a preocupação senhor
1231 conselheiro quando ela alegou a questão dos termos dos prazos estabelecidos o outro
1232 conselheiro Adnan apresenta um novo paradigma para o Estado, o desejo e a

1233 convicção de que o estado precisa sair da condição que está diante, acho que isso deveria
1234 ter acontecido há mais tempo nós acabamos de aprovar um projeto que basicamente a
1235 gente não discutiu essa questão, eu vi na discussão que nós abordamos muito pouco
1236 essa questão, e hoje nós somos um dos maiores exportadores em estado primário eu me
1237 atrevo a falar isso porque sou geólogo de formação então eu vejo que nós precisamos
1238 retomar essa discussão com uma ênfase parecida em todos os dois eu concordo que nós
1239 precisamos mudar esse paradigma eu louvo o que o senhor conselheiro Adnan está
1240 preocupado com a região do tapajós em que praticamente viveu esquecida esses anos,
1241 não é porque eu sou cidadão interiorizo que gostaria muito de poder discutir melhor
1242 aquela questão eu sei que o estado da buscando a ONU HABIT, está buscando uma
1243 série de alternativas para estabelecer um novo projeto, um pouco atrasado é verdade
1244 mais ainda dá tempo de recuperar alguma coisa, eu vejo o seguinte, no projeto passado
1245 eu lhe pedi para ouvir a empresa antes de nós votarmos o projeto. Porque ela tomou
1246 conhecimento agora do voto da câmara técnica, é isso? Então eu gostaria de ouvir uma
1247 manifestação da empresa, o que a gente está propondo, eu sou um lutador disso ok? Mas
1248 nós estamos propondo uma alteração bem significativa no projeto obviamente que não
1249 contemplava em nenhum momento uma indústria de transformação então nós
1250 precisamos ouvir porque a gente ao acordar tem que ser feito, depois não pode
1251 apresentar uma desculpa que não pode fazer então nós precisamos ter esse cuidado
1252 porque nós vamos fazer uma votação, nós vamos aprovar uma questão seriíssima que eu
1253 gostaria e quero que aconteça, eu tenho esperança nisso acho que o estado só pode sair.
1254 Agora eu vejo, fiz uma pergunta também senhor secretário no primeiro projeto se nós
1255 temos respaldo para fazer isso, se não temos aqui o conselheiro Eliel que é da
1256 assembléia já podíamos começar a trabalhar nesse respaldo inclusive. **Dr. LUIS**
1257 **FERNANDES**, secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Depois eu
1258 passo para a senhora (referindo-se a representante da Empresa) deixa a gente ouvir logo
1259 a conselheira Patrícia. **Conselheira Dra. PATRÍCIA ROCHA**, representante da OAB:
1260 Eu pedi a palavra só pra formular o argumento dele, do conselheiro Adnan. Se for pra
1261 mudar a forma política do estado então ele tem justificativa, repito, porque no
1262 multimodal ele tem que ter equipamento projetado para trabalhar como multimodal
1263 acabamos de ter o problema no porto de Vila do Conde, porque os programas
1264 ambientais não previam que houvesse embarque de carga mínima, o equipamento não
1265 era adaptado e está aí o problema até hoje com dificuldade e sem solução, então o que
1266 ele está propondo aqui é pertinente quando você pensa na mudança, na forma de tratar o
1267 empreendimento, eu fui questionada pelo conselheiro Glauco, porque que não
1268 discutimos isso com a outra empresa? Porque a outra empresa era um projeto de uma
1269 implantação inferior ao que a gente está vendo. Então a minha manifestação é nesse
1270 sentido se nós vamos mudar a forma de política do estado, o tratamento pro
1271 licenciamento, isso eu permito. **Conselheiro Dr. ADNAN DEMACKI**, representante da
1272 SEDEME: Conselheira a excelência tem absoluta razão em relação à questão do porto
1273 multimodal, está correto seu posicionamento, o que eu me referi é que tanto a soja,
1274 como o fertilizante que vai ser manuseado e utilizado pelo porto, são de outro estado,
1275 não são do Pará e não serão do Pará, a isso a que eu me referi. Em relação ao projeto
1276 anterior, ao porto modal foi assegurado nas condicionantes, **Dr. LUIZ**

1277 **FERNANDES**,secretário de Estado de meio ambiente e sustentabilidade:
1278 Condicionante 15, (Apresentar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
1279 Mineração e Energia (SEDEME), estudo de viabilidade de verticalização do Níquel no
1280 Estado do Pará).**ConselheiroDr. ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME:
1281 porque que é um pouco diferente da proposta desta que aqui está, nós não podemos ser
1282 irresponsáveis de tentar colocar uma espada no pescoço no peito de uma empresa, uma
1283 empresa só de níquel talvez não justifique a implantação, diferentemente de outros
1284 minérios. O aço, a gente está fechando finalmente para verticalizar, a outra empresa já
1285 se reuniu com a Vale. Segundo tem duas empresas de ouro de viabilidade técnica e a
1286 Semas e eu repito isso se por ventura ou por viabilidade técnica se a Semas emitir
1287 licença favorável, já ta fechado, para tratar com a refinaria de ouro, porque na refinaria
1288 você precisa de pouca produção de ouro nem tanto quanto o níquel que a Horizonte vai
1289 atrás, se por ventura não der certo em Belo Santo, já contatamos com outra empresa
1290 chamada (12;32) que comprou os direitos finais da Araguaia e novo progresso, está se
1291 viabilizando com a empresa a refinaria de ouro, quando você tem a refinaria de ouro em
1292 que pode se entrar ali com joalherias industriais aqui pro estado geração de emprego.
1293 No que se refere a soja aos terminais portuários, conselheira e eu repito o que nós
1294 conversamos, eu conversei pessoalmente com todos e o governador conversou com
1295 muito aqui no governo, no palácio e foi a São Paulo conversar com as empresas de lá.
1296 Talvez a gente ainda melhore no futuro o estado tem que se auto-afirmar, nós sociedade
1297 temos que nos alto afirmar, que se por ventura não for possível na base do entendimento
1298 na base da conversa é uma condicionante socioeconômica não há como ela agir sozinha,
1299 eai uma dúzia de outras empresas se junte, apresente ao COEMA uma proposta. Nós
1300 temos que entender o seguinte se não tomarmos essa decisão agora pelo licenciamento,
1301 perderá a oportunidade. O cavalo celado lá do interior quando passa assim na frente da
1302 gente se você não montar você perde a montaria, se você não monta
1303 mais.**ConselheiraDra. ROSA KEILA SOUZA**, representante da FAEPA: A questão é
1304 nós, como conselheiros, podemos concluir condicionantes? Porque até então era da
1305 equipe jurídica. Estou na dúvida. **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de estado de
1306 meio ambiente e sustentabilidade:Se está no conselho tá concluído. **ConselheiraDra.**
1307 **ROSA KEILA SOUZA**: representante da FAEPA: E depois vejo uma grande diferença
1308 entre a condicionante passada e na atual, assim não quero entrar nesse mérito eu não sou
1309 contra, quero dizer que não sou contra.**ConselheiroDr. ADNAN DEMACKI**,
1310 representante da SEDEME: Como assim a condicionante passada? Não entendi!
1311 **Conselheira Dra. ROSA KEILA SOUZA**, representante da FAEPA: Como ficou a
1312 condicionante na passada? **Conselheiro Dr. ADNAN DEMACKI**, representante da
1313 SEDEME: mas eu já expliquei, é que a senhora não estava. Pra você colocar uma
1314 indústria de níquel você precisa ter varias empresas fornecendo níquel para aquela
1315 indústria, trinta milhões na área de soja você coloca trinta esmagadoras, a cada um
1316 milhão você mobiliza uma indústria, então aqui tem soja em excesso e níquel reduzido,
1317 não tem quantidade para ter uma indústria, é isso que é o estudo, já o ouro como
1318 mencionei ainda pouco, você tem condições de montar refinaria com pouca produção.
1319 **Dr. LUIZ FERNANDES**, representante da SEDEME: Senhores conselheiros vamos
1320 passar para a representante, a gente que está acostumada com esses grandes projetos no

1321 estado, durante esses anos, todos trouxeram mais problemas que solução para o estado,
1322 mas eu participei das audiências públicas em que nós temos equipes nesse momento em
1323 Itaituba e a gente vê a quantidade de veículos e caminhões em que só da empresa são
1324 mil e pouco durante todo dia, aí imagine as outras que estão lá, como já mencionamos
1325 em várias discussões. Agora o que agente também tem que ter cuidado é de não ter uma
1326 condicionante que a gente também não possa exigir seu cumprimento, aí eu concordo
1327 com a conselheira. Porque se não a gente coloca uma condicionante é isso que eu tenho
1328 tido cuidado, eu já disse veio, prometeu tem que fazer, tem que cumprir então a gente
1329 tem cobrado isso. Estamos exportando equipamentos de monitoramento mais
1330 sofisticado, porque aqui na hora que quer aprovar projeto chega e concorda com tudo,
1331 mas depois pela própria fragilidade da fiscalização não cumpriram isso e quando você
1332 vai renovar uma licença constata que isso não está certo, eu acho muito pertinente o que
1333 foi colocado aqui até porque o estado tem sido muito procurado, mas só de passagem,
1334 não são apenas commodities, e o Estado acaba ficando sem nada. E se não bastasse tem
1335 o problema da energia que o secretário Adnan também..., e aí como diziam lá no interior
1336 da minha terra diz que "ali tragédia ..." Então além de não ficar com nada, ainda fica
1337 com todas as mazelas, no caso da energia por exemplo a compensação ambiental ele
1338 mandou do Mato Grosso, o mesmo que está mandado a soja pra cá de 120 milhões de
1339 compensação ambiental mandaram 90 para o Mato Grosso em que aqui no estado onde
1340 houve o impacto todo nós ficamos com... (inaudível) suspendeu esse repasse e está
1341 sendo discutido, mas o que eu queria falar com vocês são os prazos para que a gente
1342 veja o prazo que realmente se a gente colocar 180 dias para apresentar o projeto acho
1343 até razoável, mas para iniciar em 12 meses é muito difícil porque você teria que
1344 começar a trapalhar pra pedir licença disso porque você vai precisar das mesmas licenças.
1345 **Conselheiro Dr. ADNAN DEMACKI**, representante da SEDEME: quanto tempo se
1346 concede a L.I Presidente? **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de Estado de meio
1347 ambiente e sustentabilidade: A licença previa de empresa está prevista para 4 anos, claro
1348 que ela pode entrar com a L.I, mas está prevista para 4 anos para que a gente trabalhe
1349 mais ou menos a proposta como trabalhamos antes, pelo menos essa fase de licença de
1350 apresentar o projeto. **Dr. ADNAN DEMACKI**, representante SEDEME: A L.I é 4 anos
1351 ou é a L.O? **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de estado de meio ambiente e
1352 sustentabilidade: Não, a L.P tem até 4 anos para entrar com a L.I então tem esse prazo.
1353 Então qual é o prazo razoável, se deixar também a L.P vai embora não é? E não entra
1354 com a L.I então da mesma maneira que fizemos anteriormente vou falar o mínimo, o
1355 máximo vai se lá com a L.O, mas tem que entrar com prazo anterior principalmente
1356 com a apresentação do projeto se não corre o risco dele ter que construir lá a indústria
1357 antes de receber a L.I e a L.O entendeu? Acho que aqui todos concordaram com a
1358 verticalização e não pode ser diferente porque nós temos que fazer também com as
1359 outras que estão lá, a renovação da licença tem que passar. Olha como estamos com
1360 Barcarena, a causa imediata onde eu acredito que mais de trinta anos vai ser resolver é
1361 por isso que a parceria da ONU Habitat é importante, agora o que nós podemos trabalhar
1362 aqui é nesse prazo, porque aqui por exemplo nós não temos como iniciar em 12 meses a
1363 construção porque nesse período é provável que não saia ainda nem a L.I da empresa
1364 não é? Então nós precisamos de um prazo razoável. Com todas essas cabeças

1365 experientes ai. **Conselheiro Dr. ELIEL FAUSTINO**: Esse prazo é de 2 anos e meio
1366 não é? **Dr. LUIS FERNANDES**, representante : Então eu acho que apresentar aqui o
1367 projeto eu acho até razoável os prazos de 180 dias para apresentar, e licença você tem
1368 uma previsão mais ou menos Edna(equipe técnica)da L.I, porque eu não sei se a
1369 empresa vai entrar com L.I logo também. Acho que o interesse é que agente realize o
1370 que está aqui. **DANIELLA CYSNEIROS**, representante da empresa Odebrecht: Uma
1371 sugestão inicial com a concessão dos conselheiros é seguir o rito da outra empresa
1372 quando a situação da L.I nós teríamos que apresentar o projeto inclusive com o
1373 cronograma de implantação, a gente tem que imaginar o seguinte sem a L.P a gente não
1374 vai conseguir sócio, agente não vai conseguir financiamento então eu concordo com a
1375 conselheira de colocar um prazo. Isso o meio ambiente não ganha, a sociedade não
1376 ganha. A sugestão é de que quando a solicitação da L.I a interessada no caso a “OPP”
1377 que poderia ser congregada as outras empresas que constituem a “TAF” igual ao que o
1378 secretario falou, acho que ganho projeto dessa indústria o orçamento o cronograma de
1379 implantação com a solicitação de licença. E eu queria só dá uma palavrinha rápida para
1380 a **DRA. PATRICIA ROCHA**, quando a gente monta as unidades a gente precisa
1381 informar o órgão se por ventura amanhã quiserem fazer logística de boi eu vou ter que
1382 dizer para o órgão qual...(inaudível) e para isso meu plano de contingência e emergência
1383 é esse, então não se preocupe quando aparecer a demanda, a gente obrigatoriamente tem
1384 um cronograma que a gente acrescentou aquela dificuldade na nossa operação
1385 pontual.**DR. LUIZ FERNANDES**, secretário de estado de meio ambiente e
1386 sustentabilidade: A empresa apresentar o estudo de viabilidade a partir de 180 dias a
1387 partir do recebimento da L.P, esse é o estudo da viabilidade, mas ai a gente vai ter que
1388 ver o. Vou dar um intervalo de 5 minutos para beber água enquanto a gente discuti aqui
1389 o projeto...Vamos tomar o assento, tentar construir aqui um propósito esse prazo de 180
1390 dias ficaria pra empresa apresentar sua proposta de instalação de uma industria no
1391 estado, bom em seguida com o pedido de L.I a empresa já entra com a carta consulta já
1392 para o licenciamento da industria ai temos a parte inicial, ai o recebimento da L.I nós
1393 precisamos olhar o empreendimento durante a L.I já está finalizando o projeto paralelo
1394 para licença previa, e até a alteração da empresa tem que está isso a instalação da
1395 industria. **DRA. DANIELA CYSNEIROS**, representante da empresa: Entendi
1396 secretario, a única questão que me provoca no sentido de dividir com vocês é o seguinte,
1397 com 180 dias agente pode até tentar um estudo de viabilidade dentro Estado, como o
1398 secretario Adnan falou o governo do estado tem interesse em tratar a questão dos
1399 impostos de forma diferenciada então a gente precisa que governo do Estado esteja
1400 junto para conseguir manter a estrutura em pé, a concepção de implantação de industria
1401 tem seu estudo técnico e econômico são alguns elementos que precisariam apresentar e
1402 talvez daí um termos de referencia com o conteúdo mínimo para que a secretaria de
1403 desenvolvimento econômico analise, meu medo é vamos assumir um compromisso de
1404 apresentar com 180 dias o projetos de industria sem saber quais são as contrapartidas do
1405 Estado para tornar melhor o desempenho. **Dr. LUIZ FERNANDES**, secretário de
1406 estado de meio ambiente e sustentabilidade: Nesses 180 dias já dá para ir conversando
1407 com a secretaria, viável ele é porque já temos projetos inclusive já em licenciamento,
1408 isso não é projeto de viabilidade é projeto mesmo de instalar, a gente já viu que tem

1409 viabilidade, isso tem, agora o que essa parte em que o governos têm que dar incentivos,
1410 a secretaria de desenvolvimento e meio ambiente tem que trabalhar com isso, dá para
1411 trabalhar junto com a secretaria vendo quais os incentivos, enfim ver qual é o lugar para
1412 empresa trazer melhora, isso que você está falando no Estado, pode ser na região de
1413 preferência mas pode ser que a viabilidade da industria não nessa na região, por isso é
1414 que a proposta deve se apresentada em 180 dias, após essa apresentação da proposta e
1415 com o pedido da L.I ai sim já tem que entrar com a carta consulta para ver quando vai
1416 ser feito para começar a analisar o processo.**Conselheiro Dr. ELEIEL FAUSTINO**
1417 **FILHO**, representante da ALEPA: pedido de relação? **DANIELLA CYSNEIROS**,
1418 representante da Odebrecht Transport: Esse projeto dessa indústria.**Conselheiro Dr.**
1419 **ELIEL P. FAUSTINO**, representante da ALEPA: Não. a postulante do licenciamento é
1420 a Odebrecht não se fala em estudo de viabilidade se já temos a senha do pedido
1421 licenciamento nós sabemos que é absolutamente viável, apresente a proposta para o
1422 Estado que o Estado tem que contribuir agora essa intermediação pode ser sim a
1423 “atack”, a intermediação, os entendimentos...agora a ligação é a Odebrecht mesmo
1424 porque outra empresa que está postulando o licenciamento pode arrumar outro parceiro
1425 pra montar a unidade industrial do porto, você sabe que quando processa a soja, 2/3 vira
1426 farelo e do farelo você transforma em.. (inaudível) tem que ter realmente uma entidade
1427 porque a coisa é maior a attack sabe disso, a attack tem ciência dessa decisão do governo.
1428 **DR. LUIS FERNANDES**: Bom vamos lá, a proposta, o projeto conceitual que é o
1429 projeto de instalação no prazo de 180 dias ai já vem detalhado , esse ai já pode ser
1430 trabalhado junto com a secretaria de desenvolvimento, enfim.. ai junta com o pedido de
1431 L.I da ETC, ai vem o pedido de carta consulta já do empreendimento. O que a gente vai
1432 discutir agora são as condicionantes da L.I, o pedido da L.I está com a carta consulta na
1433 apreciação da L.I se deu o cronograma de instalação da industria, está bom assim
1434 senhores? enquanto o secretario adjunto vai fazer a redação eu queria aqui falar aqui
1435 para os conselheiros que essas condicionantes, essa da verticalização ela se torne até
1436 obrigatória nos licenciamentos que fizermos, claro dentro das proporções de cada um e
1437 daquilo que puderem. (tempo) Apresentar, no prazo de 180 dias, contados do
1438 recebimento da licença prévia, projeto conceitual para implantação de uma indústria no
1439 Estado do Pará, que tenha como objetivo a verticalização da produção de grãos, o qual
1440 poderá ser viabilizado através de parcerias com outros investidores para maior
1441 agregação de valor à cadeia do empreendimento, principalmente quanto à geração de
1442 postos de trabalho e renda, incremento da receita pública, preferencialmente na região
1443 do empreendimento, assim como, apresentar carta consulta referente à implantação da
1444 indústria, conjuntamente com o pedido da licença de instalação da ETC, cujo
1445 monitoramento do cumprimento destes terá apoio técnico da secretaria de Estado de
1446 Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia/SEDEME. Podemos ir à votação?
1447 Aqueles que concordam com o relatório do conselheiro e com as alterações
1448 incrementadas, permaneçam como estão, aqueles que não concordarem por favor
1449 manifeste levantando a mão direita! Aprovado. Bom, eu acho que ficou então de bom
1450 tamanho e também todos os outros projetos aqui que eu mencionei com os conselheiros
1451 daqui pra frente tem que ter...(inaudível) claro, cada caso é um caso. Assim como o
1452 pedido de renovação das licenças para os empreendimentos. ok? Senhores conselheiros

1453 declaro encerrada 59º reunião ordinária do COEMA, agradeço a todos pela presença.
1454 Obrigado.